

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 13-6-2016.

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Waldir Canal. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Eng^o Comassetto, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 017/16 (Processo nº 1109/16), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 087/16 (Processo nº 0981/16), de autoria de Cassio Trogildo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 092/16 (Processo nº 1011/16), de autoria de Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga; o Projeto de Lei do Legislativo nº 011/14 (Processo nº 0216/14), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 114/16 (Processo nº 1214/16), de autoria de Mendes Ribeiro; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 006/15 (Processo nº 0541/15), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Resolução nº 006/16 (Processo nº 0484/16), de autoria de Paulo Brum; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/16 (Processo nº 0597/16), de autoria de Tarciso Flecha Negra. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Rodrigo Maroni (Processos Eletrônico nº 02515/16), deferido pelo Presidente, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, do dia dez ao dia doze de junho do corrente, no evento “IV Seminário de Defesa Animal: Desafios da sociedades civil e do poder público”, em Niterói – RJ. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso do octogésimo sexto aniversário da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 061/16 (Processo nº 1372/16), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo e Guilherme Socias Villela, presidindo os trabalhos; e Nelson Kalil Moussalle, Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cassio Trogildo, representando a Mesa Diretora. Após, Guilherme Socias Villela convidou Cassio Trogildo para proceder à entrega, a Nelson Kalil Moussalle, de Diploma alusivo à presente solenidade, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que agradeceu a honraria. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e três minutos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell,

Cláudio Janta, Dr. Goulart, João Carlos Nedel, este em tempo cedido por Guilherme Socias Villela, Lourdes Sprenger, esta em tempo cedido por Idenir Cecchim, e Rodrigo Maroni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jussara Cony, Valter Nagelstein e Fernanda Melchionna. Na ocasião, por solicitação de Cláudio Janta e João Carlos Nedel, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Mineia Sant Anna Machado e Fernando Wallau, respectivamente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Rodrigo Maroni e Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Sofia Cavedon. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovada a Indicação nº 022/16 (Processo nº 0959/16), por vinte e dois votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Waldir Canal e votado Não Delegado Cleiton, João Bosco Vaz e Reginaldo Pujol. Em Votação, foi rejeitado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando a renovação da votação do Projeto de Lei do Legislativo nº 265/13 (Processo nº 2298/13), por oito votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa, Reginaldo Pujol, Engº Comassetto e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por João Bosco Vaz, tendo votado Sim Adeli Sell, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Dr. Goulart, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol e Waldir Canal. Em Votação, esteve a Indicação nº 034/15 (Processo nº 1801/15), a qual, após ser encaminhada à votação por Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon, teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezessete horas e vinte minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Kevin Krieger, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 062/16, discutido por João Carlos Nedel, 074 e 105/16, este discutido por Sofia Cavedon, e o Projeto de Resolução nº 022/16; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/16, discutido por João Carlos Nedel, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 117 e 033/16, este discutido por Reginaldo Pujol, e o Projeto de Resolução nº 019/16. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Durante a Sessão, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Guilherme Socias Villela e Delegado Cleiton e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento desta Presidência, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 86 anos da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 061/16, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Nelson Kalil Moussalle, Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Cassio Trogildo, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Saúdo o nosso Presidente dos trabalhos, Ver. Guilherme Socias Villela; Sr. Nelson Kalil Moussalle, Presidente da Sociedade de Engenharia, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nesta homenagem aos 86 anos da Sociedade de Engenharia quero aqui aproveitar para contar um pouco da história da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, que foi fundada em 10 de junho de 1930. A reunião de fundação no Clube Caixeiral contou com a presença de 47 engenheiros que elegeram Fernando Martins Pereira de Souza como presidente. Ao longo de sua existência, a Sociedade de Engenharia esteve presente em alguns dos principais momentos do Estado. O DAER é concepção e realização integral da Sociedade de Engenharia, posteriormente copiada pelo resto dos Estados brasileiros e pela própria União. A Cientec, enquanto instituto tecnológico, é concepção e realização integral da Sociedade de Engenharia. Na definição da localização do modelo e da técnica construtiva da travessia sobre o sistema no processo Guaíba, a requisitada intervenção da Sociedade de Engenharia foi competente e decisória. Na formatação do traçado provisório da terceira pista nas vias da *freeway*, o estudo e o pronunciamento da Sociedade de Engenharia constituíram-se cabais para a decisão do Ministério dos Transportes em adotá-los, resolvendo com isso o problema de tráfego seguro em qualquer época do ano, mesmo durante o verão. O Plano Diretor de Porto Alegre, a custódia do pH das águas, a correta coleta de destinação do lixo urbano, a construção de centros comunitários e de desenvolvimento, a definição do transporte coletivo são atividades participativas da Sociedade de Engenharia, com estudos aprofundados e consciência técnica responsável perante a municipalidade. Quando Porto Alegre esteve sob a vulnerabilidade da poluição provocada pela Riocell, a Sociedade de Engenharia

explicitou os suficientes e necessários entendimentos para solucionar os problemas. Quando se tratava de implantar o Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, foi a Sociedade de Engenharia quem ofereceu o estudo definitivo para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Quando surgiu a possibilidade da utilização do gás natural, no Rio Grande do Sul, trazido de outras nações, foi a Sociedade de Engenharia que iniciou os estudos de possibilidade, e a Comissão de estudos ainda está em atividade atualmente.

Com a presença constante nos principais momentos de desenvolvimento do Estado, a Sociedade de engenharia congrega os profissionais gaúchos, oferecendo-lhes cursos de atualização, seminários e um convívio social e fraterno.

Além da sede central, no Centro de Porto Alegre, a SERGS também possui uma aprazível sede social na Zona Sul, com quadras de tênis, piscinas, restaurantes e salão de eventos.

Isso é um pouco da história dos 86 anos de existência da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, com a qual queremos homenagear a sua diretoria, seu Presidente, seu Conselho e todos os seus associados, e, fundamentalmente, todos os engenheiros que ajudaram e ajudam a construir a nossa Cidade, o nosso Estado e o nosso País. Todos os engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, sintam-se abraçados por esta homenagem que fazemos hoje, pela passagem dos 86 anos de aniversário da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ilustre Presidente, Ver. Cassio Trogildo, quero cumprimentá-lo pela importante homenagem que presta à Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Quero cumprimentar o Presidente, Nelson Kalil Moussalle, que vem dinamizando a administração da Sociedade de Engenharia; inclusive, colaborando com a Cidade, fazendo projetos de melhoria da praia da Pedra Redonda, que é uma contribuição concreta da Sociedade de Engenharia.

Quero, em nome da Bancada do Partido Progressista – Ver. Villela, que neste momento preside esta Sessão; Ver. Kevin Krieger, Ver.^a Mônica Leal e eu –, cumprimentar a Sociedade e agradecer pelos benefícios que tem trazido a esta Cidade. Todos os engenheiros possuem um grande patrimônio de benefícios em prol da nossa Cidade. Cumprimentos à Sociedade, vida longa, boa administração e os meus votos de que continuem contribuindo para o desenvolvimento e o embelezamento da nossa Cidade. Meus parabéns!

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente, na mesma linha, vida longa à nossa Sociedade de Engenharia. Moussalle, eu queria apelar para o senhor e para a sua diretoria para que nos ajudem a resgatar alguns valores da engenharia em Porto Alegre. Vou dar apenas um exemplo, para se ter uma ideia. Falo aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – a nossa Líder, Sofia Cavedon, que está aqui. Veja o Viaduto Otávio Rocha, sobre o qual tanto se discute, tanto se debate: poucas pessoas, Villela, sabem quem foi o engenheiro, por que

essa obra é tão importante, o quanto foi difícil naquela época. Quem sabe nós possamos fazer aqui, no próximo período, Sr. Presidente, na sua gestão, com a participação do Memorial da Câmara, um grande evento de resgate das obras de engenharia de Porto Alegre? É a sugestão que eu deixo ao Presidente da Casa, ao Presidente da Sociedade de Engenharia e ao Ver. Villela. Obrigado.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassio, parabéns pela sua iniciativa. Meu amigo Nelson Moussalle, Presidente; vivo e convivo com engenheiros todos os dias na minha atividade, eles são muito importantes para a vida, para o dia a dia de uma cidade em muitos setores. Eu espero, Presidente Moussalle, que, na revisão que se está fazendo na lei sobre o PPCI, se tenha o juízo de entregar para um engenheiro – principalmente para um engenheiro – a responsabilidade do projeto e da aprovação do projeto de prevenção de incêndio, o Plano de Prevenção Contra Incêndio. Não é possível que um engenheiro, com responsabilidade técnica anotada, seja confrontado com alguém que não é nem engenheiro e que não conhece o assunto. Quero aproveitar este dia para dizer que nós queremos valorizar o engenheiro que assinou o Projeto de Prevenção Contra Incêndio, vale o projeto, ele tem responsabilidade técnica. Queria deixar claro isso pela importância que tem a atividade de engenheiro, seja civil, seja metalúrgico, todos os engenheiros do Rio Grande do Sul. Que se dê a eles o que lhes é de direito, que é a responsabilidade técnica nos projetos.

O SR. CASSIO TROGILDO: Obrigado, Ver. Cecchim. Gostaria de registrar aqui também a presença do Diretor Presidente da Carris, Sérgio Zimmermann, que já presidiu a Sociedade de Engenharia, quando participou da diretoria, naquela época; o engenheiro Adriano que trabalha conosco na Câmara foi Secretário de Obras do Município e é o nosso Chefe de Gabinete na Presidência. Quero dizer que de tudo que a Sociedade de Engenharia constrói, há algumas coisas peculiares, Ver. Villela, que ainda me restam na memória. Primeiro, aquelas intermináveis contagens e apuração de votos que aconteciam lá na Sociedade de Engenharia quando as eleições ainda não eram por urna eletrônica, quando muitos dias e noites passamos lá apurando, fazendo a contagem nos processos eleitorais. E, segundo, dizer que atualmente sou morador da Vila Conceição, portanto, vizinho da Sociedade de Engenharia, da sua sede social, e quando o pessoal não sabe onde é o meu endereço, na rua Padre Réus, digo que é um pouco antes da Sociedade de Engenharia. Esta Sociedade está ali consolidada há muitos anos na nossa Cidade, há 86 anos, e muito bem representa os engenheiros do nosso Estado. Vida longa à Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, parabéns a todos os engenheiros. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Convido o Ver. Cassio Trogildo para que proceda a entrega do Diploma ao Sr. Nelson Kalil Moussalle.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Nelson Kalil Moussalle, Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. NELSON KALIL MOUSSALLE: Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; associados; conselheiros presentes da SERGS; senhoras e senhores; em primeiro lugar, queremos agradecer a esta Casa, em especial à Mesa Diretora, através do seu Presidente, Ver. Cassio Trogildo, e ao colega Adriano Goularte, por esta homenagem prestada pela passagem dos 86 anos de vida da SERGS. Desde o ano de sua fundação, por seu primeiro presidente, Engenheiro Fernando Martins Pereira e Souza, gestão 1930/1932, até os dias de hoje, a SERGS tem-se notabilizado pelo seu trabalho em defesa da engenharia gaúcha, em especial da cidade de Porto Alegre, ocupando espaço em diversas comissões e conselhos dos órgãos públicos municipais e estaduais, dando sua contribuição ao desenvolvimento técnico, através de seu quadro associativo formado por colegas do mais alto gabarito profissional. A Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul é uma das oito entidades nacionais precursoras do sistema Confea/CREA. A SERGS é uma entidade de classe que tem por objetivo principal congregar profissionais da área de Engenharia, Arquitetura e Geologia; contribuir para o aperfeiçoamento técnico e cultural de seus associados e simpatizantes; representar a classe junto aos poderes públicos; promover atividades aos seus associados e familiares; colaborar na solução dos problemas da engenharia, promovendo o seu progresso e sua expansão; e estudar questões técnicas, econômicas e sociais relacionadas com a engenharia. Temos hoje uma total integração com todas as entidades representativas da Engenharia, Arquitetura e Geologia, Conselhos Regionais, Sindicatos e Entidades de Classe. A Sociedade de Engenharia tem por objetivo também a integração com as universidades que possuem cursos na área tecnológica visando, em especial, a busca dos jovens que estão cursando estas faculdades a se associarem conosco, pois queremos aliar o dinamismo da juventude com a experiência dos profissionais atuantes na sociedade, além de fazermos uma revitalização e uma rejuvenilização desta entidade de 86 anos .

Queremos agradecer a esta Casa pela homenagem no dia de hoje e dizer da nossa responsabilidade em dirigirmos uma entidade como a SERGS, que tanta influência teve no decorrer de seus 86 anos, realizando estudos e propostas para uma série de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento do Estado, além de auxiliar na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade de Porto Alegre. Queremos continuar atuantes de forma direta nos assuntos referentes ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em especial de nossa Porto Alegre, mas para isso precisamos ter a certeza de que as soluções técnicas tenham também decisões técnicas. Quero dizer que estamos de portas abertas para disponibilizar nossas cabeças

pensantes de nossos profissionais para atuarem em prol do progresso e do desenvolvimento de nossa Cidade.

Uma profunda crise atinge a Engenharia gaúcha, traduzida pela drástica retração das atividades das empresas de todos os setores tecnológicos e também pelo desemprego em larga escala que vem se avolumando a cada dia, em especial nos setores de construção pesada, infraestrutura e construção civil. Com a representatividade que lhe conferem seus 86 anos de ininterrupta defesa dos profissionais e das empresas da área tecnológica do Rio Grande do Sul, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul sente-se no dever e na obrigação de alertar as autoridades e toda a sociedade para a gravidade da situação atual.

Tal quadro altamente preocupante está afetando, de forma direta e indireta, tanto o segmento responsável pela execução de obras públicas, as obras contratadas pelo setor privado, assim como a indústria imobiliária e todos os outros segmentos da Engenharia gaúcha, colocando em risco a sobrevivência das empresas dos diversos setores e também milhares de postos de trabalho por elas gerados.

Além desta lastimável ameaça resultante de natureza econômica e principalmente social, igualmente alarmante é a ameaça da perda do valioso acervo tecnológico acumulado ao longo de décadas de desenvolvimento da Engenharia rio-grandense, a qual, inevitavelmente, será provocada pela descontinuidade operacional da cadeia produtiva da indústria da construção. Diante de tal quadro, a SERGS apela aos governantes no sentido de que, independentemente das divergências políticas que tanto infelicitam nosso País, adotem imediatas providências para começar a reverter o processo de estagnação a que estão submetidos os setores da engenharia gaúcha, como primeiro passo para a retomada do crescimento econômico e social e também o combate ao desemprego. Muito ainda há o que fazer; graças a profissionais de excelente formação e empresas de larga experiência e capacidade operacional. A engenharia gaúcha está pronta para contribuir neste esforço.

Em todos os momentos de nossa vida, em nosso dia a dia, desde que saímos de casa até voltarmos para o repouso da noite, a mão da engenharia se faz presente. O nosso papel é fazer com que a opinião pública e principalmente os governantes se deem conta deste fator preponderante na vida de cada um. Este momento pelo qual passa a engenharia nacional, com as grandes empresas sendo questionadas e investigadas, entendemos que é a hora da engenharia gaúcha, através de seus competentes profissionais, suas empresas fortes, juntamente com o Poder Público, Municipal e Estadual, mostrar ao País toda a sua pujança, sua competência e sua idoneidade e avançar na elaboração de projetos e execução de obras que garantam uma melhor qualidade de vida ao nosso povo. A grande meta do homem deveria ser viver de tal maneira a não ficar nunca sozinho e ter sempre ao seu redor pessoas que necessitam do seu afeto e de sua palavra, porque uma palavra pronunciada na hora certa poderá ser como um raio de sol. Um discurso tardio raramente obtém efeitos. Que os desafios do futuro se transformem em oportunidades, crescimento e realizações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Parabenzamos, mais uma vez, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul pelo transcurso dos seus 86 anos, agradecendo as presenças do Presidente Sr. Nelson Kalil Moussalle, dos demais membros da Diretoria, dos senhores engenheiros que nos acompanham. Desejamos, mais uma vez, vida longa à Sociedade de Engenharia. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h45min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; Ver. Kevin Krieger, eu queria saber por que o Governo Municipal, quando surge um problema e o debate toma conta nas redes sociais e na Cidade, não faz um pronunciamento oficial sobre a Ponte de Pedra? Vi um jornalista fazendo uma reportagem bombástica sobre a Ponte de Pedra. Afinal de contas, o que há de real nas denúncias? As pedras portuguesas retiradas serão colocadas sobre uma manta asfáltica? Esse é o processo correto e devido? Afinal de contas, para quem não é um técnico, quem não é um profissional da área, ex-Prefeito Villela, tem que perguntar. Nós acabamos aqui de ouvir os doutos representantes da engenharia do Rio Grande do Sul, e eu fazia um apelo ao Presidente da Casa – inclusive a V. Exa., como ex-Prefeito – e à sociedade de engenharia, que nós possamos fazer um resgate das grandes obras de engenharia. E por que não falar da arquitetura, da história, do patrimônio histórico de nossa Cidade? Afinal de contas, antes eu falava do viaduto Otávio Rocha, agora eu falo da Ponte de Pedra, quem a fez? Como foi feita? Onde estão os profissionais devidamente habilitados para fazer essa restauração, que é a recuperação de um patrimônio? Eu tomei todos os cuidados, Ver. Kevin Krieger, de não alimentar o debate, de dizer: “Estamos vendo”, e, se V. Exa. concordar, façamos juntos um pedido de uma comissão externa e vamos dar um pulo no Largo dos Açorianos, falar com os responsáveis e chamar aqui, se possível, na quarta-feira, o pessoal do Patrimônio Histórico, o Arquiteto Merino, ou seja lá quem for o responsável, para explicar. Eu fico pasmo porque não se teve retorno, inclusive provoqueei um dos profissionais da Prefeitura a dizer, afinal de contas, qual a orientação. Há uma grande empresa, a mais capacitada na área. E aí eu ouço também pessoas da área da arquitetura, do patrimônio histórico com outra opinião. Afinal de contas, por que o Governo não vem e explica? Por que deixar criar toda uma discussão a partir disso? Eu poderia discutir aqui, provocar o Ver. Nedel sobre a questão do velódromo. O Ver. Nedel deu uma explicação, eu creio que seja verdadeira, que será feita uma parceria e que nós teremos um velódromo, de fato. E assim eu pergunto à base do Governo, por que não há uma explicação para nós, aqui para a Cidade, sobre a Ponte de Pedra?

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sobre o velódromo, saiu notícia totalmente distorcida, eu fico impressionado que os repórteres vêm aqui, eu falo, eles entrevistam outras pessoas em vez de me perguntarem. O que há de verdade? O velódromo está lá com necessidade de uma revitalização e uma empresa privada está ofertando à Prefeitura para melhorá-lo. Só isso, não tem PPP, não tem privatização, não tem nada! Obrigado, Vereador.

O SR. ADELI SELL: Por isso, é extremamente importante que a Secretaria responsável tirasse uma nota oficial, porque, afinal de contas, eu pedi a mesma coisa para o Ver. Kevin Krieger, esses dias, provoquei ele sobre isso, sobre a questão das nesgas de terra. Por sinal, eu fiz a proposta de um Grupo de Trabalho, estou disponível para ver as nesgas da Cidade. Como estou disponível, se V. Exa. concordar, nós podemos fazer uma comissão externa e dar um pulo até o Largo dos Açorianos para saber o que está acontecendo afinal. E como eu sempre digo – volto a repetir, porque a repetição, às vezes, é importante -: afinal de contas, perguntar não ofende – ou ofende. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na sexta-feira, tivemos uma reunião com o Presidente da República interino Michel Temer – terceira reunião que o Movimento Sindical tem com o Presidente -, na qual discutimos com ele a questão tão alarmada da reforma da previdência e reafirmamos a nossa posição de que os trabalhadores não vão pagar o pato. Os trabalhadores não vão aceitar ser os pagadores de algo de que não são culpados: por má gestão, por um dinheiro que entra num caixa único. Porque a Previdência Social Brasileira é a maior empresa do mundo. Não tem empresa no mundo que seja maior que a Previdência Social Brasileira. Ela não se constitui somente com a porcentagem que os trabalhadores arrecadam e com a porcentagem que os empresários arrecadam. A Previdência Social Brasileira se constitui em tudo o que se faz neste País e ela vai para um caixa único. Mas vamos pegar o que nós contribuímos, o que os trabalhadores, principalmente os privados, contribuem, e hoje são penalizados por um teto, quando se aposentam. A Previdência vai cada vez mais tendo gente que entra no mercado de trabalho e as pessoas que estão se aposentando. Nós propusemos, nesse encontro, que o governo... primeiro rechaçamos qualquer tentativa de tirar direitos dos trabalhadores. Mesmo com o discurso do Ministro, na área econômica, dizendo que não é direito adquirido; é direito adquirido, sim. Eu entrei para trabalhar sabendo que eu tinha regras para me aposentar, então é um direito adquirido. Trabalho há trinta e poucos anos sabendo quando irei me aposentar. Então, não venha esse Governo, que foi eleito há dois anos, no qual eu não votei, não fiz campanha, não pedi voto, não venha querer que

homens e mulheres se aposentem em datas iguais e não venha querer mexer no direito dos trabalhadores. Mesmo disfarçado com outro Presidente, nós não vamos admitir que mexam nos direitos dos trabalhadores, mas nós queremos que façam um novo Refis. Essa proposta nós já fizemos para a outra Presidente que ficou lá seis anos e nunca recebeu o Movimento Sindical, para que mexa no Refis porque as empresas devem, segundo levantamento feito pelos nossos institutos, R\$ 374 bilhões para a Previdência Social Brasileira. Trezentos e setenta e quatro bilhões, esse é o débito que têm as empresas com a Previdência Social brasileira. E querem que os trabalhadores paguem a conta. Nós não vamos aceitar isso. Ninguém vai mexer no que é nosso. O que é nosso é nosso. Também a renovação das desonerações fiscais que foram feitas e que provocaram uma perda na arrecadação da Previdência de R\$ 45 bilhões. Só aí já tem mais de R\$ 410 bilhões da Previdência Social Brasileira, dos trabalhadores brasileiros, dos aposentados brasileiros, que são tirados.

Outra questão que eu acho que a sociedade tem que começar a discutir: por que as entidades filantrópicas não pagam Imposto de Renda? Por que as entidades filantrópicas, principalmente então, não pagam a Previdência Social Brasileira? Por quê? Se cobram, por que não pagam a Previdência? Se cobram... Ou alguém consegue alguma coisa de graça em hospitais filantrópicos? Alguém consegue alguma coisa de graça em faculdades filantrópicas? Então, têm a pagar Previdência, como todo mundo paga!

Outra coisa que nós queremos discutir é por que os altos salários do Judiciário, por que os altos salários dos servidores públicos, por que os altos salários não têm a regra que o servidor que contribui tem? Por que nós temos um teto de três mil e poucos reais e por que a gente vê servidores do legislativo federal, a gente vê deputados, senadores, juízes, desembargadores recebendo fortunas? Por que não têm o mesmo teto que nós temos? Por que não têm esse teto? Então, nós queremos começar a discutir por que a Previdência não vende os seus mais de dois mil imóveis fechados – fechados! – no Brasil inteiro? Por que não vende esses imóveis que valem milhões e milhões?

Outra questão: por que a Previdência, que precisa arrecadar, por que o Governo não faz o que nós estamos defendendo, que tem uma defasagem imensa a correção da tabela do Imposto de Renda? Se nós corrigirmos a tabela do Imposto de Renda, nós vamos arrecadar bem mais na Previdência Social Brasileira.

Esses foram os encaminhamentos que nós demos com o Sr. Michel Temer, Presidente em exercício, na sexta-feira, em Brasília. Nós não vamos permitir, em hipótese nenhuma, que os trabalhadores e os aposentados que têm um teto na Previdência Social paguem a conta. Nós não vamos mais admitir que na hora em que aperta, os trabalhadores paguem a conta, porque nós já estamos pagando a conta. Quando tem inflação e recessão, quem paga a conta são os trabalhadores, quando vão ao supermercado, são os trabalhadores que têm aumento em sua luz, água e gás, são os trabalhadores que têm a dificuldade, somos nós que estamos pagando a conta de tudo isso. Nós não vamos pagar a conta na hora da aposentadoria - e cobramos isso do Presidente -, na hora em que precisamos de saúde. Não somos nós que vamos pagar a

conta. Quando o Presidente diz que Estados e Municípios estão livres de aplicar dinheiro na saúde, em hipótese nenhuma isso pode acontecer. Foi uma luta na Constituição de 1988, foi uma luta no Congresso Nacional para que Estados e Municípios tenham um mínimo aplicado na saúde. Tem que ter um mínimo de responsabilidade aplicado na educação, e nós não podemos rasgar isso agora. Os Estados, Governadores, Prefeitos e o próprio Presidente da República, quando fazem campanha, têm que garantir esse investimento mínimo. Agora, que se mude, então, que se faça um novo pacto. É vergonhoso, em cada R\$ 100,00 arrecadados hoje na Cidade de Porto Alegre - ou qualquer um dos Municípios do Brasil -, R\$ 62,00 vai para a União, e os Municípios e Estados ficam com a responsabilidade da saúde básica, ficam com a responsabilidade dos pronto-atendimentos, e a União detém toda essa gama de dinheiro, obrigando os mandatários do Estado e Municípios irem a Brasília com pires na mão, implorando repasses. Temos que fazer um novo pacto, temos que mudar essa fatia do bolo, agora, tirando a responsabilidade de Prefeitos e Governadores. Isso não pode acontecer, isso tira o poder do povo, tira o poder dos Legislativos e Executivos, principalmente nosso, de acionar que se cumpra a lei. Vamos exigir que o que está na lei seja cumprido, que os repasses para a saúde sejam mantidos, que os repasses para a educação sejam mantidos. Isso foi o que fizemos na sexta-feira em Brasília, na reunião com o Presidente em exercício, Michel Temer. Temos certeza de que reforma na Previdência passa por buscar dinheiro, reforma na Previdência passa pela previdência igualitária, reforma na Previdência passa por um sistema de saúde único, forte, com transparente para todos. Essa é a reforma que nós queremos, essa é a reforma que nós apoiaremos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna, nesta segunda-feira, em nome do meu Partido, repudiar o massacre que houve nos Estados Unidos, numa boate em Orlando. Na madrugada de domingo, um dia casualmente reservado ao amor, Dia dos Namorados, um atirador abriu fogo dentro de uma conhecida boate *gay* em Orlando e matou pelo menos 50 pessoas; 53 estão feridas e algumas com perigo de morrer. A União Nacional LGBT, UNA-LGBT, se solidariza com os familiares dos mortos e pede o fortalecimento da luta pelos direitos humanos e pela paz. E por que eu faço isso? Porque o que gera esse fato, aliás, fatos como esse ocorrem cotidianamente, não necessariamente nessa proporção, ainda bem! Um deles que eu sempre lembro é do Luis Antônio Martinez Corrêa, assassinado em 1987, com sete facadas aqui em Porto Alegre, e o seu irmão, Zé Celso, sempre costuma dizer, como postou o Zé Adão Barbosa, hoje, em sua página: “Com 107 facadas, o que se quer matar não é uma pessoa, mas algo muito mais profundo, algo que não morre. E na minha concepção, é o amor entre os seres humanos!

Mas não é de amor que nós estamos vivendo na sociedade, no mundo inteiro, e com as suas consequências também no Brasil, é de ódio motivado pela extensão do conservadorismo, do fascismo, numa sociedade patriarcal, homofóbica, machista, racista. Isso vai gerando uma cultura de ódio. Cultura do ódio às diferenças e às diversidades naturais. Em Porto Alegre não é diferente, como quando da discussão, por exemplo, e aprovação do Plano Municipal de Educação, por um voto derrubou-se, nesta Casa, anos de luta, Ver.^a Sofia, por direitos humanos, por uma educação libertadora, plural e respeitosa, quando foi dilapidado o ensino de gênero e de diversidades nos currículos escolares da cidade de Porto Alegre - uma Cidade que se mostra ao mundo como uma cidade democrática, do Fórum Mundial Social e de liberdades. Que geração nós estaremos formando?

Além disso, há legislações no Congresso, na Assembleia e, inclusive, nesta Casa, que nós chamamos de lei de mordça aos professores, escamoteando a realidade, acabando com a liberdade de cátedra dos professores - um vazio no debate necessário para as futuras gerações, como se fosse natural matar. Por que, exatamente? Por não se discutir que se torna algo natural matar aquele que alguém considera que não merece viver, porque é diferente e tem as suas diversidades. Nós, do PCdoB, da mesma forma, acreditamos que, no processo antidemocrático do golpe que vivemos no Brasil, só há uma solução, mais democracia, e, por isso, defendemos um plebiscito na Nação brasileira. Nos casos de ódio, responderemos sempre com mais amor, mais visibilidade; somos contra todas as formas de inviabilizar e de não dar visibilidade às diversidades, porque as diversidades humanas existem. Elas existem e têm que ser respeitadas. Lutamos para que todas as formas de diversidade sejam discutidas na sociedade, na busca de vivermos as nossas diferenças todas na paz, que é algo que está faltando muito no mundo. O mundo está tomado de ódio e, o Brasil, também, pelo ascenso do fascismo, pelo ascenso da intolerância -, como é previsto. E não é isso que nós queremos, na Constituição e no Estado Democrático de Direito da nossa Nação, hoje, tão aviltados. Quando são mortos homens e mulheres por suas diferenças, por suas diversidades, no mundo inteiro, nós morremos também um pouco, porque uma sociedade de ódio mata...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. JUSSARA CONY: ...não só a morte biológica daqueles que assassinam e terminam com a vida, mas mata o cotidiano das relações amorosas, mata a espiritualidade, as relações humanas, a perspectiva de paz. E é por isso que nós viemos aqui, em nome do PCdoB, trazer a nossa posição em relação a isso, antagonizar, com amor, todas as formas de ódio, de opressão e de discriminação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, primeiramente também quero manifestar o nosso repúdio, em nome do nosso partido, o PMDB, ligado historicamente às causas da restauração democrática do nosso País, a esse crime bárbaro perpetrado na cidade de Orlando, nos Estados Unidos. Dito isto, também é importante que se diga que foi o nosso Governo, com o Prefeito José Fogaça, e não os governos da Frente Popular, não foi o PCdoB, que instalou, que criou, aqui em Porto Alegre, a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e um cargo de Secretário da Livre Orientação Sexual, inclusive quem responde por isso é a Gloria Crystal, uma companheira nossa de partido que responde pela Secretaria das questões LGBT.

Agora, eu fico sempre muito chocado como vocês têm essa capacidade de se apropriar das coisas e de estabelecer esse mundo bipolar. Embora a cortina de ferro já tenha caído há 30 anos, em derrocada, vamos lembrar o que foi a cortina de ferro: a União Soviética, a Rússia, naquele tempo do mundo bipolar, liderava uma série de países e um modelo econômico e social – a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Romênia, Alemanha Oriental, todos esses compunham o que, historicamente, se denominou cortina de ferro. Ao lado disso também tinham os modelos comunistas da China, e, a partir disso, tivemos, inclusive, a guerra da Coreia, porque o Ocidente queria evitar que o comunismo também se espalhasse por aquela região, como acabou acontecendo na Europa oriental. Aqui na América tínhamos o exemplo de Cuba e umas tentativas frustradas, inclusive com golpes militares – o que, obviamente, a gente deplora; no Chile houve o episódio mais violento de todos. Então, havia uma disputa, que ainda existe, até hoje. Eu tenho muito carinho pela Ver.^a Cony, porque ela é uma pessoa muito afável no trato, mas a gente tem que conseguir separar as coisas. Ela defende o que há de mais arcaico, mais retrógrado, mais ultrapassado na história da humanidade! Os exemplos do socialismo real, minha querida Vereadora, onde eles foram implantados, são exemplos de extermínio! Quantas pessoas foram exterminadas na União Soviética nos governos do Stalin? Agora o partido da Ver.^a Cony, que criticou aqui o Escola sem Partido – por isso estou aqui na tribuna –, não faz muito tempo fez uma homenagem ao ditador da Coreia do Norte, Kim Jong-il! Mas onde é que nós estamos, minha gente? Kim Jong-il, de uma ditadura sangrenta, sanguinária! O PCdoB foi lá e fez uma homenagem! O PT, o PCdoB, o PSOL, todos os que estão no mesmo lado, receberam, aqui no Brasil, o Ahmadinejad com pompas, com honras, aquele facínora, criminoso, que queria botar fogo no mundo, ditador de um outro partido, de um outro regime, que é o regime teocrático do Irã! Então o pessoal, infelizmente, dos partidos de esquerda, depois da derrocada do muro de Berlim, perdeu muito a sua referência. O que nós vamos fazer? Daí começam a atacar essas questões, começam e continuam fazendo, e por isso houve, no Brasil, esse negócio do fundamentalismo, esse desenho do mundo bipolar e do maniqueísmo. “Nós somos os democratas, nós advogamos os direitos das minorias, e os outros são os fascistas, os outros são os golpistas.” Repetem aqui essa retórica de golpismo o tempo inteiro! Mas que golpismo

é esse? E as instituições brasileiras funcionando! Golpistas são vocês, Vereadora, me desculpe dizer, que não respeitam as instituições brasileiras! Porque o que está acontecendo aqui é o respeito à institucionalidade! Nada além disso. É porque, se acusa o Congresso Nacional, se acusa o Supremo Tribunal Federal, se acusa o processo político de golpe, quem é golpista? Quem é que não compreende a democracia? Quem é que não respeita a democracia? Quem é que tem um viés totalitário no fundo do seu pensamento? Quem exatamente está fazendo isso agora!

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que é claro, é cristalino, é translúcido...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...trinta dias do Governo Temer, Ver.^a Lourdes Sprenger. Parece que a caixinha de Pandora, com todos os males do mundo, foi aberta com o Temer. O PCdoB não tem culpa de nada. As coisas do Ministério do Esporte, as outras coisas – os escândalos, os desvios, a corrupção –, o PCdoB não tem culpa. Nada do que o PT fez o PCdoB critica! Eu não preciso provar, está no STF, Ver.^a Cony. Esse é o seu espírito democrático? A senhora está ameaçando que quer que eu prove, mas então que abra um jornal, que pegue as cartilhas do Ministério da Educação. Ver. Mendes Ribeiro, as cartilhas dizem que o socialismo é o modelo ideal, porque lá todo mundo decide tudo; já no capitalismo, quem decide são os burgueses, e a classe trabalhadora é oprimida. Só que tem que mostrar a vida real para as crianças, que não é essa, ao contrário...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu sempre me espanto com a capacidade de invencionice do Ver. Valter Nagelstein. Também me espanta esse macartismo requeitado que, felizmente, já foi repudiado pelo mundo há mais de 50 anos e que é o fio condutor da análise barata de conjuntura feita aqui nesta tribuna. Também me espanta profundamente a capacidade de mentir sobre as posições políticas, sobretudo do nosso partido, o PSOL.

Eu quero começar dizendo que eu lamento profundamente que o Vereador tenha usado apenas sete segundos para lamentar o pior atentado de massas contra a comunidade LGTB protagonizado em décadas no mundo. Nós todos acordamos de luto no dia de ontem diante de 50 mortos pela intolerância numa boate LGBT na cidade de

Orlando. Mortos por um suspeito que, segundo o próprio pai, se dizia transtornado quando via casais LGBTs se beijando; mortos pelo ódio. Foram 50 vidas ceifadas. E eu lamento profundamente que esse não tenha sido o teor de uma discussão que nós precisamos fazer diante deste dia de luto, que tem que se transformar em luta para que haja solidariedade internacional às famílias, aos feridos e, sobretudo, à luta contra a intolerância que deve ser protagonizada em todas as partes do mundo. Espanta-me a tentativa de recontar a história e inventar sobre um modelo econômico que tem se mostrado fracassado cotidianamente. É bem verdade que as experiências foram lamentáveis do que virou o socialismo real como o que ocorreu na União Soviética, muito combatido por nós. Então não falem em nosso nome mentiras sobre a nossa posição política, combatida por nós cotidianamente, o que viraram os crimes perpetrados pelo stalinismo e os crimes perpetrados por outros modelos que assistimos no mundo, vide a ditadura da Coreia do Norte combatida por nós, do PSOL. Porque, para nós, socialismo só pode ser construído com democracia e com liberdade; por isso, o nosso nome é Partido Socialismo e Liberdade. Por isso, estamos fazendo essa luta política nacional e internacional para reconstituir os povos, para mostrar que é possível um modelo alternativo às agruras do capitalismo que fazem com que essa farsa democrática seja a democracia dos bancos. Isso é o que vemos nessa crise econômica em que, na verdade, quem enriqueceu foram os bilionários e os banqueiros. E os povos do mundo inteiro têm pagado a conta da crise econômica mundial. Na Espanha, nos Estados Unidos, na França isso se insurge, diante da reforma trabalhista do Hollande, e no Brasil vemos que um a cada cinco jovens está desempregado. Temos um arrocho salarial brutal, temos que lutar para que sejam taxadas as grandes fortunas e não o Governo do Temer seguir aprofundando os ataques iniciados pela Dilma. Nós não aceitaremos o papo furado, a demagogia de que esse Governo respeita as instituições. Mas não acabaram de pedir a prisão do Sarney, do Calheiros? Não acabaram de pedir a prisão das lideranças do PMDB, partido do Ver. Valter Nagelstein? Mas ele silencia diante da corrupção daqueles que compõem o seu partido, silencia diante das tentativas de atacar os direitos da população brasileira, silencia diante do fator motivador da violência que matou 50 pessoas em Orlando. Por isso, sim, nós queremos avançar para que tenhamos metas de gênero e diversidade nos currículos. Nós precisamos combater o preconceito que vitima milhares de pessoas no mundo, nós precisamos, sim combater os que atacam os direitos das mulheres, dos negros, das LGBTs, e dos trabalhadores, sejam eles expressões como o Trump, o Feliciano, o Bolsonaro, seja um Ahmadinejad na vida - e peço apenas para concluir, Sr. Presidente, Cassio Trogildo -, seja a expressão mais retrógrada que nós estamos vendo agora com o Fundamentalismo do Estado Islâmico, reacionário, que foi fomentado, inclusive, financiado pelos Estados Unidos, quando financiou a Al-Qaeda e depois na guerra ao terror ajudou a criar esta verdadeira barbárie que ataca o direito das mulheres do LGBTs no mundo inteiro. Mas nós queremos desmascarar esses argumentos e essas mentiras sistemáticas daqueles que querem manter esse *status quo*, que querem manter esse sistema de desigualdade, que querem manter a democracia dos bancos, que na verdade, não é verdadeira democracia, e que querem calar as lutas democráticas no mundo inteiro. Não nos calarão. Não use a

tribuna para mentir e inventar uma visão macartista, que lamentavelmente, tem vitimado tanta gente no mundo e no Brasil. Chega de demagogia, viva à luta por mais direitos e toda solidariedade ao...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Mineia Sant Anna Machado, funcionária da Infraero, que ficou sumida por três dias e foi assassinada pelo mesmo menor que trocou tiros com os brigadianos no Cristo Redentor.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Fernando Wallau.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento as pessoas que nos escutam. Ver. Jussara Cony, provavelmente, a psicanálise, estudando esses casos de assassinato e violência muito grandes contra homossexuais, deve explicar mais profundamente algum medo, algum receio de que a pessoa, o violento, o assassino tenha do homossexualismo à sua volta e agride aquele objeto que poderá fazer com que ele se aproxime desse comportamento que ele, para a sociedade, execra, mas que, provavelmente, no seu íntimo, é uma dúvida que venha a ter, é um cuidado que ele venha a ter para não ser homossexual, porque não se justifica matar simplesmente uma pessoa por ser homossexual. Um estudo psicanalítico vai nos responder isso, essa tragédia, esse perigo.

Mas vamos falar em outra coisa que mata também. Vou insistir em falar no câncer de colo do útero, porque pretendemos fazer uma chamada para a sociedade porto-alegrense para que essa doença não aconteça mais. Diferente de todas as neoplasias, de todos os cânceres que existem, o câncer de colo de útero é uma entidade que nos faz ficar muito apreensivos, porque ele tem uma característica que os outros cânceres não têm – que o câncer de mama não tem, que o câncer de pulmão não tem, que o câncer de cérebro não tem: há um exame que diz se vai acontecer esse câncer no corpo da mulher. Sabem quanto tempo antes? Não é uma semana, não são 15 dias. Ele diz três anos antes que a mulher está se dirigindo para o câncer de colo de útero. O câncer de colo de útero é a segunda doença que mais mata a mulher na cidade de Porto

Alegre no período que vai dos 11 aos 50 anos, que é o chamado período reprodutivo. A primeira é o câncer de mama. Claro que, se nós fossemos considerar câncer de intestino e alguns outros cânceres, teríamos o câncer de colo em quarto lugar. Mas vamos falar em cânceres relacionados aos cuidados da mulher, da mulher entre os 11 e os 50 anos de idade.

Por que me interessa falar nisso? Porque eu imagino que tem que haver uma vulgarização, no sentido democrático, desse tema; tem que haver uma facilitação desse tema. Existe uma lei que diz que 60 dias é o máximo que uma pessoa deve ficar com uma queixa de câncer em qualquer parte do corpo; tem que ser atendida pelo SUS nesse período de 60 dias. No caso do câncer de colo, a maioria dos hospitais não aceita a paciente nas fases I, II e III, pré-câncer. Não é câncer ainda e, se tratado, vai ter 100% de cura. Os hospitais só aceitam, se for câncer de colo, se o câncer já estiver instalado, o que é um despautério! Essas pessoas têm que ser atendidas na fase pré-câncer, porque aí é 100% de cura. Vou voltar a falar muitas vezes nesse assunto, porque tenho que deixar as pessoas chateadas com isso, os hospitais incomodados e o SUS revendo suas posições, porque, se uma mulher morrer de câncer de colo de útero, houve falha na estrutura: ou na sua estrutura pessoal, familiar, porque ela não realizou o preventivo de câncer; ou na estrutura do SUS, na estrutura da saúde do Brasil.

O exame citopatológico – o papanicolau –, no ano de 2016, ainda é um exame esquecido, e a morte por câncer de colo de útero é uma morte anunciada. Lembrem as mulheres do carinho de vocês, elas têm que fazer o preventivo. As mulheres têm que fazer o papanicolau uma vez por ano. Quando? Sempre. Desde quando? Um ano depois de ter a primeira relação sexual, e repete-se todos os anos. Por quê? Porque o câncer de colo de útero, pasmem, é uma doença sexualmente transmissível causada por um vírus chamado HPV. Façam o preventivo de câncer, mulheres!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras; a Frente Parlamentar do Turismo, Frentur, realizou, na quinta-feira passada, uma reunião extraordinária, em que o Trade Turístico veio nos visitar e ouvir as novidades junto ao Sr. Prefeito, ao Secretário do Turismo e ao Sr. Edegar Tutikian.

O Convention Bureau apresentou uma pesquisa sobre turismo de eventos. Nessa pesquisa, Porto Alegre é o terceiro Município do Brasil em turismo de eventos, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Foram realizados, em 2015, 166 eventos de pequeno, médio e grande portes na nossa Capital, o que movimentou 182 milhões na economia local, gerando 3.867 novas vagas de trabalho. Chegaram à

constatação de que cada um real deixado pelo turista em Porto Alegre gera, na economia, 1,5, ou seja, 50% a mais de renda, de emprego e de movimentação de impostos. Por falar em impostos, foram arrecadados R\$ 20 milhões em tributos municipais e estaduais nesses eventos. Ainda: entre 2010 e 2014, houve um aumento de 17,4% nos empregos do setor de turismo, enquanto o emprego formal, em todos os setores, cresceu apenas 7%, ou seja, o turismo cresceu 17,4, 10% a mais do que a média normal dos outros setores. E uma coisa interessante: foi verificada a totalidade de empregos formais existentes em Porto Alegre, que é de 780.126 empregos. Nisso ficou muito ressaltada a importância do turismo de eventos para a Cidade. Por isso, Ver. Adeli Sell, é importante que Porto Alegre tenha o seu centro de eventos e feiras. O Secretário Luiz Fernando Moraes explicou as tratativas que estão sendo desenvolvidas com a SPH no sentido de conseguir um terreno próximo à Arena do Grêmio para ser construído o centro de eventos e feiras de Porto Alegre. O Secretário Edemar Tutikian informou as tratativas junto ao cais do porto, sobre a sua revitalização. Estão esperando a licença final, que é o EVU, para então iniciarem as obras em Porto Alegre. O Sr. Prefeito Municipal, José Fortunati, esteve presente e também relacionou que algumas obras serão entregues até o final do ano, especialmente as trincheiras da Av. Anita Garibaldi e da Av. Cristóvão Colombo. Também se prevê que a Ponte de Pedra, no Recanto dos Açorianos, esteja concluída até o final do ano. Informou também que, na Av. Tronco, das 1.550 famílias, 180 ainda não saíram do local por alguns motivos que, na nossa visão, não deveriam existir, pois estão trancando o desenvolvimento da nossa Cidade. São essas as informações sobre o setor de turismo que eu queria apresentar para esta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós tivemos muitas movimentações e eventos pela Semana do Meio Ambiente. Inclusive na nossa comissão, também debatemos com especialistas em meio ambiente sobre as unidades de conservação – Mata Atlântica e Reserva do Lami. Fizemos duas reuniões envolvendo esses temas e também participamos do quarto evento da Reserva Biológica do Lami, um grande evento que se consolida. Em torno de 800 participantes, entre estudantes, ambientalistas e professores, se revezaram para assistir às palestras desse evento da SMAM, organizado pela bióloga Patrícia Witt, que merece todos os nossos elogios por manter, inclusive, caminhadas orientadas na Reserva Biológica do Lami, que a gente sabe que é um local que precisa de toda a atenção para se manter preservado, mas a SMAM tem dado esse apoio a essa unidade de conservação e a seus funcionários.

Hoje se veem também notícias sobre o grave acidente que ocorreu em Mariana e seus resultados. São altas multas, em torno de R\$ 1 bilhão, que poderão

chegar a R\$ 4 bilhões, o que não soluciona, porque aquele acidente ecológico é irreversível. As pessoas tiveram que sair do local; os rios, os animais, tudo se foi com esse acidente, e desejamos que tenham mais preocupação – e não só com a multa, a multa não adianta – porque, depois de estar destruído o meio ambiente, não tem recuperação. Essa é uma lembrança da semana que passou que não podemos esquecer, porque o nosso ativismo está mais centrado em conhecimentos do que em ativismo presencial, é o que temos observado, porque já integramos esses movimentos entre 2000 e 2004. Também tivemos aqui um grande ambientalista que eu sempre faço questão de lembrar, que é o ex-Vereador Beto Moesch, nosso grande amigo.

Também quero prestar contas, Sr. Presidente, da minha ida a uma audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, que convidou a nossa comissão. Não saio muito, mas não poderia deixar de participar. Foi em Bom Jesus, sexta-feira, pelos animais de rua. Por quê? Porque, há um ano, um gestor público determinou a dois subordinados que envenenassem os animais que incomodavam na praça de Bom Jesus, que estava sendo decorada para o Natal. Os funcionários cumpriram à risca a determinação e foram além: era para envenenar em torno de dez, mas envenenaram mais de cem animais em toda uma cidade do Interior. A repercussão foi muito violenta. Nós, que já atuamos na condenação de pessoas que envenenam animais para se verem livre deles, não poderíamos deixar de acompanhar o caso – uma comitiva foi da Grande Porto Alegre até essa cidade – e pressionar o Ministério Público e a delegacia. Temos que registrar que a delegada local, na ocasião, não fez os devidos registros e foi afastada do caso, sendo substituída por um delegado de outro Município. Todas essas investigações tiveram êxito a partir de uma câmera da cidade, onde se vê o carro dos funcionários parando em determinados pontos e jogando o tal veneno comprado em uma agropet. Essa venda foi descoberta, e o ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, que é Vereador, foi o grande acusado: ele esteve preso 30 dias e hoje ele usa tornozeleira. Então, os Edis também cometem seus crimes e estão pagando. Nós desejamos que o TJ não dê para trás e condene também os funcionários envolvidos nessa matança, que foi, em nível de envenenamento, o maior crime do País. E quem faz isso não pensa que uma criança...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. LOURDES SPRENGER: ...poderia estar envolvida, porque o veneno foi jogado na grama, em bancos de praça; ou também uma pessoa idosa, com certa fragilidade, poderia ter sido vítima desse grave crime. A audiência pública foi coordenada por um Deputado da Assembleia Legislativa, o Prefeito estava presente, além do Presidente e Vereadores da Câmara local. Os encaminhamentos foram muito produtivos, e desejamos que sejam realmente aplicados. Vamos ficar acompanhando essa condenação e o resultado final do Tribunal de Justiça, mas fomos contemplados,

porque esse Edil está usando tornozeleira e ficou preso por 30 dias. Ele já tinha outros pequenos crimes.

Quero também comunicar aos veterinários que não se inscreveram que haverá a 7ª Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo de 2016 no próximo final de semana. Nós nos sentimos gratificados, porque um dos nossos trabalhos foi selecionado para esta Conferência. Este trabalho está baseado num projeto que está nesta Casa sobre políticas públicas para a causa animal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, caros colegas Vereadores e Vereadoras, funcionários da Câmara, a quem quero fazer uma saudação especial, porque fico contente com o convívio com os funcionários, os assessores de outros mandatos, que são muito gente boa; inclusive, tivemos o aniversário de um assessor que trabalha comigo, o Viana, com a presença de funcionários de vários gabinetes e da Casa. Eu achei muito bacana esse gesto, essa relação, a Câmara tem um pouco disso. Eu trabalhei em outros órgãos públicos, na Assembleia, em Secretaria do Estado, onde não tinha essa relação intimista que tem aqui na Câmara. Então, fico muito contente com as gurias da taquigrafia, da limpeza, o pessoal da TVCâmara, sempre é bom lembrar! Faça essa saudação não para ganhar tempo; é, efetivamente, de coração.

Queria comentar que, nesse final de semana, estive representando o Rio Grande do Sul no Fórum Nacional dos Animais, como representante aqui do nosso Estado e da nossa Cidade. Havia lá representantes de vários Estados, alunos, veterinários, um lugar onde pude aprender. Esses seminários têm sido muito bacanas para isso, porque eu tenho vivido o dia a dia e a realidade dos animais. E tem gente que diz: “Ah, mas ele só tem essa pauta”. Eu sempre digo que sou um defensor incondicional de que, se os políticos tivessem somente uma pauta, já teriam trabalho para caramba para falar e estudar. Lamentavelmente, a grande maioria não é identificada com uma pauta; muitas vezes, é identificada com vários grupos, vai juntando, daqui e dali, vários temas, o que eu acho uma pena, porque tu, pegando uma pauta somente, já terias umas quatro encarnações para trabalhar, ainda mais com o que é dito de órgão público! Eu acho que todo mundo tem consciência de que, onde entra o “público”, não funciona de forma ideal.

Eu estive nesse seminário, onde pudemos falar bastante – na verdade, não foi novidade – sobre aquilo que eu trato aqui todos os dias, que é a realidade dos animais. Infelizmente, para vocês terem ideia, a questão ambiental não tem 20 anos de discussão, de uma forma geral; não tem 20 anos, Marquinhos, que a natureza é tratada. Eu até incentivo os outros partidos a terem pessoas que peguem esses temas ambientais. Não tem 20 anos que se discute a questão ambiental a fundo. Antigamente, havia uns loucos, uns bichos-grilos. Nos anos 1970, com os *hippies* e tal, foi efervescendo a

questão natureza, mais natureba, mas não havia efetivamente políticas públicas, não se tinha nada, ou quase nada! Tanto que as leis federais provam que não funcionam para nada! Houve a questão da Samarco, e o que aconteceu de efetivo? Os animais estão a três ou quatro degraus abaixo em questão de leis, eles não têm nada, e, além de não terem nada, não há lei nenhuma que garanta isso, nem na própria Constituição.

Lá no seminário, tratamos de temas, por exemplo, como o zoológico, que infelizmente a grande parte das pessoas, Paulinho Brum – depois te mando o DVD –, não para pensar, infelizmente, sobre a questão do zoológico. Lá mostraram estudos, para vocês terem ideia, do que é a relação de um animal dentro de um zoológico, psicologicamente falando. Quem aqui tem acordo de que, aqui na Câmara, caiu um pedaço do banheiro em cima de uma Vereadora? Ou de que é um órgão antigo? Ou de que tem poste na rua que cai? Ou de que tem buraco na sua rua? Todo mundo tem acordo. Então, imaginem o investimento que deve haver em um zoológico. Imaginem o que é uma jaula no zoológico. A grande, a imensa maioria das pessoas que foram fiscalizar os zoológicos do Brasil, sabem o que viram? Lixo. Porque, além de tudo, tem uma cultura burra, idiotizante, em que os pais incentivam as crianças a jogar pipoca e salgadinhos para os animais. Até latinha tinha dentro do zoológico, junta lixo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Rodrigo Maroni prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Grande Expediente, por transposição de tempo com o Ver. Reginaldo Pujol.

O SR. RODRIGO MARONI: O mais interessante que foi falado lá, Ver. Villela, é que, quando o ser humano está nervoso, começa a bater a mão, bater o pé, não consegue ficar parado, a ansiedade gera isso, tanto que tem gente que se medica para isso. Aquela relação dos leões dentro da jaula, um animal silvestre andando num local de 20 metros quadrados, é uma prisão, efetivamente uma prisão. O efeito psicológico comprovado disso é que não tem como os animais não serem neuróticos, ou não terem um comportamento psiquiátrico completamente destruído dentro de uma jaula, fora do seu *habitat*, infelizes durante 20, 30 anos dentro do zoológico. Mostraram hipopótamos separados do convívio dos da sua espécie; também elefantes, que são bichos de convívio social, mamíferos que, assim como o homem, gostam de se relacionar os da sua espécie. Foram separados em zoológicos diferentes, vivendo sozinhos. As grandes aves vivendo dentro de gaiolas sujas – é só irmos ao zoológico e veremos –, que não conseguiam dar um voo, faziam apenas um pequeno levantamento de uma árvore para outra. Cobras, que são mantidas em um local – é só ir ali no nosso zoológico e ver – de 50 centímetros quadrados. Imaginem uma cobra de quatro a cinco metros mantida... E

as pessoas acham bonito elas estarem enroladas uma em cima da outra. Isso é a política pública dos animais, isso é o que existe.

Tem uma cultura de educação. Teoricamente, o zoológico – e está aqui a Ver.^a Jussara Cony, que foi Secretária do Meio Ambiente – é para educação ambiental. Só que ali já se mostra para as crianças uma forma de dessensibilização ambiental. Tirar um animal do seu *habitat* e colocá-lo num presídio sem ele ter feito nada... Eu estou falando de estudos que foram feitos, por anos e anos, em zoológicos que foram fechados. Mas ainda há muitos por fechar.

A mesma coisa eu falo do circo. No circo, por incrível que pareça, apesar de ser tão idiota quanto o zoológico, pelo menos os animais se movem, têm uma função, mesmo que idiotizante, para o público que paga o ingresso, de ir ali e se mover, fazer uma babaquice, um processo tipo: vão até o povo, levantam a pata, mas, pelo menos, se movem. E dentro do zoológico, que não se movem? Mas no circo também é ruim, porque eles ficam a maior parte do tempo na jaula. Bom, isso é o número um.

Quando eu falo da tourada ou da vaqueada, gente, sabem o que é que foi mostrado lá sobre o que é feito? Cem por cento dos animais são eutanasiados da forma mais lamentável depois da tourada: pata fraturada, a cauda – para quem não sabe – de um boi que é puxado, quase sempre, é fraturada; e, lamentavelmente, o bicho fica, muitas vezes, 24, 48 horas até acontecer a eutanásia pós-tourada. Não há um bicho que não fracture uma pata com dois ou três idiotas laçando sem poder se defender. Sabem o que é que mostraram? A imagem – aí sim que foi de cortar o coração, e digo isso às pessoas que são fazendeiras ou gostam de gente de fazenda – mostra a expressão de dor que o boi sente quando é marcado a ferro quente. Vocês sabem, gente, o que é quebrar uma unha ou bater com o cantinho do dedo mindinho numa mesa, não é? É uma dor, cá entre nós, absurda. Agora, imaginem vocês serem marcados com um pedaço de ferro quente! E tem gente que acha que os animais não têm dor, que não sentem nada com isso.

Infelizmente, isso tudo é legal, isso tudo cria faturamento – estou falando aqui de zoológico, de circo, de abatedouro – e isso tudo é feito pelo ser humano. Lamentavelmente, essa é a realidade dos animais não só no Brasil, mas em muitos países, fora coisas mais primitivas como o *foie gras*; como nas granjas, quando são arrancados os dentes dos porcos ainda pequenos, para amamentação; são cortadas as orelhas sem anestésico, porque, para ser barato, tem que ser feito da forma mais medieval possível.

Ontem a gente estava falando da intolerância aqui. É tão fácil falar da intolerância entre nós, humanos; um é de A, B ou C. Eu sou um cara que respeito do evangélico ao homossexual, trato da mesma maneira e com o mesmo respeito. O que eu tenho para pedir para vocês é a sensibilidade de políticos, de parlamentares, de pessoas que têm influência, que, de alguma maneira... Até assim, me roubem votos nesse tema e aprofundem essa discussão dentro de onde vocês têm interferência, com as pessoas que vocês fazem uma discussão, para a gente poder ir mudando. Sinceramente, no tempo em que estamos, em 2016, e com as leis que temos, mesmo se todos estivessem

convencidos, a gente ia levar mais uns dois ou três mil anos para avançar em alguma coisa.

Por isso eu queria falar fundamentalmente do código que virá aqui para a Câmara, gente. O código de defesa dos animais, em que eu trato de temas importantíssimos. A nossa Procuradoria deu parecer negativo por ser inconstitucional, mas eu vou levar ao fim e ao cabo, justamente porque acho que tudo isso que comentei é fundamental ser discutido na cidade de Porto Alegre, para que isso se irradie e seja levado para além daqui. Que esse código seja aprovado, e que a gente consiga criar um símbolo fundamental em defesa do amor, da vida e dos animais. Gente, eles têm medo, dor, fome, sede, tudo o que nós sentimos, e eles precisam do ser humano para defendê-los. Só que, lamentavelmente, poucos são os seres humanos que olham para os animais. Não só para os *pets*, que também são muito maltratados e sofrem muito abandono, mas para os animais de uma forma global. Aquele indivíduo que tem um animal na gaiola e percebe o quão ignorante é por ter ali um animal preso em 15 ou 20 centímetros... Esse código vai ser um símbolo, porque eu quero ir para os próximos fóruns dizer que a gente aprovou aqui na Câmara Municipal, que a gente é contra, que Porto Alegre acha criminoso a realidade dos animais, que Porto Alegre sabe e entende, os políticos aqui, os meus colegas têm sensibilidade no coração para entender isso.

Também queria falar, agora mais especificamente, gente, de casos que eu tenho enfrentado...

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Rodrigo Maroni, só uma dúvida que tivemos ali. V. Exa. está fazendo o código para a cidade de Porto Alegre, e nós não temos, em Porto Alegre, frigorífico, não temos tourada, não temos zoológico; o que nós temos muito em Porto Alegre são casas de religião. Na semana passada, quinta-feira, eu até discuti a questão do código aqui, principalmente a questão do art. 7º, pois a Procuradoria se apega na questão da inconstitucionalidade do art. 7º. A Constituição é bem clara: os cultos no Brasil são livres. Falei também que este mesmo projeto entrou igual na Assembleia Legislativa e foi declarado inconstitucional em função desse processo. Então, eu quero alertar V. Exa., como a Procuradoria alertou, em função disso. É livre o culto, e o que nós temos muito em Porto Alegre são casas de religião, pois a lei garante seus cultos, garante o ebó para fazer serviços.

O SR. RODRIGO MARONI: Obrigado. Cláudio, querido, aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, também não tem Governo Federal, e eu te vejo, semanalmente, subir aqui para discutir o Governo Federal. A gente não tem aqui decisão efetiva sobre a Dilma ou sobre o Temer, e eu, no entanto, vejo tu fazeres vários pronunciamentos sobre isso, moções, isso e aquilo. Se a gente for discutir a constitucionalidade, acho que vamos ter que ficar fazendo uma Câmara do silêncio, porque vejo aqui mais se discutirem pautas que não interferem no dia a dia nem na realidade das pessoas de Porto Alegre. Tu tens diversos projetos e moções que são nacionais. No entanto, eu respeito. Quando eu trouxer esse código... e tem sim! Se não

tem aqui, se o código é federal, tomara que algum Deputado Federal assumia esse código de vez. Eu não estou em nenhum momento discutindo, sou completamente a favor das casas de religião, completamente a favor do espiritismo, do budismo, de qualquer coisa. Se tu disseres que tem uma religião na esquina da tua casa que discute amor, respeito ao próximo, respeito aos animais, vou ser a favor dela. Agora, não tem como regradar um abatedouro de matar como mata hoje, porque mata, os animais são mortos de forma primitiva. Quem acha que estou mentindo e quiser propor: “Maroni, para votar o teu código, vamos no abatedouro junto?” Eu levo! “Para votar o teu código, vamos numa casa de religião?” Eu levo! E aí eu quero ver.

Veio uma senhora me dizer aqui o seguinte: “Quando a gente mata na casa de religião dá para ver no olho que o animal não está mal, que ao animal está feliz”. Pelo amor de Deus! Quero ver alguém tomar um beliscão aqui e dizer que está feliz, que não está mal. Mas o que é isso? A gente é feita de pele, de corpo, tem alma, sente! Tu achas que uma vaca não sente que o bezerro dela vai morrer? Que uma galinha não sente que começa o bicho a pegar na volta dela, e vem o cara com a faca e segura mais firme e vai esgoelar? Lógico que sente! Uma ovelha sente uma dor! Esse código é contra a dor, é a favor de que, bom, já que a gente tem essa cultura primitiva e se acha o centro das espécies, o ser humano é que deu certo, não é? A gente vê nos teus projetos, Janta, com todo o respeito, e eu estou falando de verdade, que tu criticas o Governo Federal, os políticos, a Dilma e não sei quem, que o ser humano não deu certo em nada, que a corrupção está aí, que a ignorância está aí. São esses mesmos idiotas, ignorantes que acham que os animais não são nada. Temos que estabelecer esse código como um símbolo para o Brasil e para o mundo. Eu não quero aprovar por mim; eu retiro o meu nome do código, colocamos o teu nome, tu aprovas o teu código, mas eu quero o símbolo contra a dor e de respeito aos animais. Se eu não conseguir ter colegas que vão votar comigo, a minha passagem por aqui não valeu nada.

Quero dizer para vocês, gente, que, neste final de semana, para vocês terem ideia, eu recebi a imagem de um cachorro de Estância Velha, acho que irei na terça ou na quarta-feira visitá-lo, o cara deu com um facão e pegou na metade da cabeça. Esse é o mesmo cara que acha que matar um porco, um boi de qualquer jeito pode valer. Provavelmente, esse ignorante trata os filhos e a mulher assim, porque um cara que trata um animal, velho, assim, e a maioria trata assim, bicho, é seguramente um ignorante. E a ignorância não é só num assunto, a ignorância é no jeito que tu trata as outras pessoas também. Então...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: E a ignorância, infelizmente, ela é majoritária, ela é quase totalitária. Eu diria que hoje, infelizmente, nós temos uma sociedade de pessoas absolutamente limitadas, por quê? Porque falta, lá na ponta, cara,

a educação, de que tu trata aqui, e eu aprovei contigo a educação em tempo integral. Nesse tempo integral, tinha que ter uma disciplina sobre os direitos dos animais, pois hoje não se discute nada disso. A criança vem aprendendo que comer carne é bom, nem sabe de onde vem; vem num plasticozinho e é bom e pronto. Eu não quero aqui mudar a cultura de ninguém, porque eu sei que é enraizada, mas eu quero discutir que as pessoas, pelo menos, percebam que não existe morte sem dor. Não me venham dizer que existe morte sem dor, ou, então, vamos ter que provar o seguinte: o cara toma um tiro, e não é crime; toma uma facada na rua, e não é crime, porque eu vi, nos olhos dele, que não tem dor. O cara toma um tiro no peito, fica ali cinco minutos agonizando e não tem dor, nem precisa levar ao médico, deixa morrer na rua mesmo que não tem dor. Não existe isso. E esse mesmo ignorante, tem ignorante aqui! Aqui! Todos os dias, eu pego casos de estupro, de assassinato. Por exemplo, os gatos da Redenção. Para quem não soube... Infelizmente, na imprensa, só sai notícia de animais de raça. Dificilmente vai sair alguma coisa de fundamento que estimule as pessoas a fazer adoção, a pegar animais de rua. Nós temos milhões de animais abandonados, e não tem política pública nenhuma. Nós temos 500 e poucos Municípios no Estado, e 400 e poucos não têm sequer um canil e uma diretoria, não tem um carinho ali ganhando 1.500 pilas para dar jeito num animal que estiver arrebitado. Teve gatos envenenados na Redenção, e isso é fruto do quê? Da ignorância. Essa mesma ignorância que acha que a gente não tem que discutir o código dos animais aqui; que vai fazer o código dos animais perder aqui. Eu quero dizer que, nem que eu morra tiroteando sozinho aqui, eu irei até o final com esse código, porque, constitucional ou não, espero que algum Deputado pegue. É um código que eu espero que gere reflexão para fora da Câmara, porque se há alguma coisa de produtivo – já que, no efetivo, a gente tem pouco no que interferir – é a gente conseguir gerar reflexão nas pessoas, fazer com que as pessoas reflitam sobre determinadas coisas que não eram da sua ordem ou que não tinham chamado sua atenção.

Quero falar, gente, que conheci um projeto que acho que tinha que ser estabelecido em Porto Alegre, Prefeito Villela. É o projeto de transformar muitas de prédios irregulares – Itapema tem isso – em castração de animais. Gente, nós, que moramos no Rio Grande do Sul, eu estava pensando nisto ontem à noite, quando fui dormir. Cara, eu estava com três cobertas e eu estava louco de frio, mas louco de frio mesmo. Até esquentar o pé e a mão, o nego passa frio aqui, são 2° C. Tem gente na rua passando frio; gente na rua morrendo de frio. Teve, inclusive, um caso esta semana de uma pessoa que morreu de frio. Não se iludam pensando que animal não passa frio porque tem pelo, que ave tem pena e não passa frio, eles passam frio demais. A única maneira de a gente conseguir minimizar essa situação é criando regra. Granja tem que ter um local quente. Eu fui a uma granja no Centro de Porto Alegre que, seguramente, deve ter algum esquema. Os animais estavam amontoados num espaço de dois metros quadrados, cem animais, 40° C, e o cara vem me falar do ventilador, que estava na mesma distância lá das gurias da Taquigrafia: “Não, isso aí alivia o calor deles”. Seguramente, esse mesmo idiota que falou isso é o cara que não bota um aquecedor para os animais no frio. E a castração, já que há poucas pessoas que pensam nos

animais, é a única maneira de mudar um pouco a realidade que existe hoje. Aquele animal que tu viste passar na rua, ele vai estar ali de noite. Provavelmente, ele vai pegar chuva e vai passar um frio de 2º C, porque não vai ter ninguém...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...não vai ter ninguém para botar nada para ele. Felizmente – aí eu venho aqui falar do papel das pessoas de coração bom que têm animal e sabem do que eu estou falando –, tem gente que bota um prato de comida na frente de casa. E tem um vizinho que eu digo que é o que há de mais deplorável no mundo que ainda acha que vai reunir bicho abandonado perto de casa. Eu recebo ligação de gente me dizendo: “Bah, eu tenho meia hora pra tirar um animal daqui, porque meu vizinho disse que vai envenenar, vai matar”. Quem nunca ouviu um caso assim? “Ah, ele late! Tem que matar!” Se tem gente que mata animal do outro, imagina os de rua! Gente, essa é a triste realidade dos animais, se coloquem no lugar deles.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadoras e Vereadores, todos que nos assistem; eu conversava, há uma meia hora, com o Presidente sobre o preconceito nos lugares em que eu andei nos meus 20 anos de carreira de futebol profissional, o preconceito para com os jogadores negros. Ontem, no domingo, quando sempre tiro para ver TV, bem *light*, Cecchim, às 15h, ligo para ver o futebol, e começam as notícias. Eu repudio qualquer tipo de preconceito. Que lugar é esse? Parei e fiquei pensando por uns dez, quinze minutos: que caminho é esse? Há uma massa de pessoas tomando esse caminho. É triste. Além de repudiar, eu fico muito triste com isso que vem acontecendo. Por isso, quando venho aqui, estou sempre segurando as bandeiras da educação e do esporte, Ver. Adeli Sell.

O que eu peço, neste momento, para os meus colegas que ainda estão nos gramados atuando, não importa a cor? Que levantem essa bandeira contra qualquer repressão contra o homossexual, contra o índio, contra o judeu, contra o negro, Ver. Janta. Eu acho que é a única maneira, por quê? Porque essas coisas acontecem onde estão as multidões, quando tem essas grandes bandas que reúnem 150 mil pessoas; quando tem futebol, que reúne 60 mil pessoas num espaço. Então que os jogadores comecem também a gritar que esse caminho não é o caminho que nós estamos buscando, não é o caminho para os nossos filhos, não é o caminho para nós. Eu ouvi a fala do Barack Obama: este é o mundo que nós queremos, que os americanos querem? Não! Este é um mundo que ninguém quer.

Dentro do esporte, eu quero dar o exemplo da torcida Coligay na década de 1970. Era uma alegria naquele Estádio Olímpico! Sempre que eu fazia gol, ia vibrar com aquela torcida, porque ela trazia só alegria, incentivo em todos os momentos. Se o Grêmio estivesse jogando mal ou não, ela estava ali presente, porque ela ia lá para levar alegria, torcer, gritar, vibrar. Deus não falou para ninguém o que é o certo: se é o homossexual, se é a minha religião – eu sou católico praticante –, se é o evangélico. Tenho uma filha evangélica e sempre disse a ela que todos os caminhos que levam a Deus devemos seguir, não importa a raça, a religião, se é homossexual ou não, pelo contrário. Eu fico muito triste, porque conheço muitos homossexuais, e eles só trazem alegria. Eles querem viver, como nós! Nós não temos o direito, Presidente, de julgar alguém. Quem não tem pecados que atire a primeira pedra! Não temos esse direito. Cada um segue o seu caminho, porque Deus deu o livre arbítrio para cada um de nós escolher o caminho A, o caminho B ou o caminho C. Deus não ligou para ninguém falando que aquele caminho era ruim. Nós que temos que ter discernimento de saber o que é bom e o que é ruim, não julgando as pessoas ao nosso lado.

O repúdio, para mim, é muito pouco. É uma tristeza enorme que nós vivemos na face da Terra. Sem olharmos e respeitarmos os nossos semelhantes, vai ser difícil mudar esse caminho. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Vers. Adeli Sell, Sgarbossa e Comassetto; nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores se soma à indignação pelos assassinatos ocorridos nos Estados Unidos. Essas manifestações que têm origem no ódio, na discriminação, na ideia autoritária da normalização, na ideia moralista de família, de agrupamento, de amor e de sociedade são um sinal de alerta de que, quanto mais nós evitarmos tratar desse tema, evitarmos e proibirmos que as escolas, a educação, os meios de comunicação trabalhem com transparência as manifestações sexuais... Essas manifestações não são criadas, inventadas, estimuladas nem produzidas culturalmente. As pessoas constroem a sua sexualidade a partir da sua biologia, da construção do seu eu. Não é possível, como ouvimos nesta Casa, na discussão do Plano Municipal de Educação, que “vão influenciar as criancinhas para o mau caminho”. A liberdade sexual é um dos elementos para a constituição do ser humano, do sujeito livre. Esse tipo de crime bárbaro a que assistimos nos Estados Unidos não dá para atribuir apenas a uma organização islâmica autoritária, fundamentalista; ele também faz parte de uma sociedade que não é profundamente democrática e libertária, que é a sociedade com que sonhamos. Por isso precisamos nos despir de preconceitos, Ver.^a Jussara.

Quero aqui prestar a minha solidariedade a V. Exa. e ao Partido Comunista do Brasil, que foi atacado de forma equivocada e errônea, quando veio a esta tribuna defender as liberdades religiosas, sexuais, de credo, enfim, todas as formas de ser a que

o ser humano tem direito. Infelizmente, iniciativas como “a escola sem partido” são de mordaca, de normalização, de homogeneização, de impedimento da libertação, inclusive das mulheres, porque isso transforma o mundo. E não interessa muito se transformar o mundo, para que o mundo seja mais humano, mais democrático, mais inclusivo, onde todos têm direito à voz, à palavra, à influência política e, principalmente, aos direitos básicos de cidadania e de humanidade.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, desencadeamos hoje um processo de monitoramento, de diálogo com a sociedade sobre o sistema de ônibus da Capital com dois objetivos. Primeiro, convencer os senhores e as senhoras deste plenário que precisamos avançar na legislação. No ano passado, o nosso projeto foi derrotado. Ele propunha que tanto o fundo tarifário quanto o sistema de bilhetagem viessem para a mão da Prefeitura, para controle público. Desde o Governo Fogaça, estão na mão da ATP. Quem informa os dados e quem gera os recursos do sistema de ônibus é a ATP: é uma gestão privada, a informação é privada e a gestão é privada. Nós entendemos que há que evoluir, senão a Prefeitura não terá o controle necessário para conseguir qualidade no transporte público com uma tarifa justa.

O projeto de monitoramento que faremos nestes próximos 15 dias vai poder apresentar uma prévia da opinião da população. Se, a partir da licitação, a partir do valor aumentado para R\$ 3,75, mudou ou não o atendimento do ônibus, do transporte coletivo em Porto Alegre, a percepção de quem anda de ônibus. Fomos para a Praça Parobé divulgar o projeto de lei e pedir opiniões. Preenchemos 119 formulários. Nós também colocamos na Internet, para as pessoas se manifestarem, e vamos circular neste mês, nos ônibus, vamos circular nas paradas, vamos pedir que as pessoas se manifestem. Eu hoje preenchi vários formulários. Alguns disseram que mudou em parte, porque apareceu ar condicionado num ônibus ou noutro, mas já posso adiantar que ainda falam da superlotação e do não cumprimento de horários, pelo menos, os meus entrevistados. Nós queremos, daqui a 20 dias, trazer dados de mais de mil pessoas que se manifestarão presencialmente ou *online*, para que possamos dar um *feedback*. Nós entendemos que uma licitação em que a Prefeitura não retomou o controle da tarifa e do fundo não vai trazer mudanças profundas no sistema público de transporte de Porto Alegre. Nós precisamos buscar essas mudanças, e esse instrumento está na mão da Prefeitura.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; esse fim de semana foi pródigo em situações lamentáveis que ocorreram no Brasil e no mundo. A começar, na sexta-feira, aquele acidente pavoroso ocorrido no litoral paulista, em que foram vitimados dezenas de estudantes que, diariamente, se deslocavam de Bertiooga, de São Sebastião até o local onde eram ministrados os cursos

universitários aos quais se encontravam vinculados. No domingo, o mundo acordou com essa notícia estarrecedora, já comentada pela Ver.^a Sofia Cavedon, ocorrida nos Estados Unidos da América, onde o radicalismo doentio, manifestado no mais amplo sentido com conotações de racismo, de intransigência, intolerância sexual e intolerância religiosa, criou as condições para que ocorresse esse inominável acontecimento, deplorável sob todos os aspectos. Isso tudo, Ver. Dinho, sem contar, para amenizar um pouco os desastres, com o desastre da seleção brasileira de futebol, ocorrido também nos Estados Unidos da América no dia de ontem, quando, de forma desagradável para todos nós, o nosso selecionado, a “pátria de chuteiras” pagou um vexame extraordinário de voltar para casa antes do tempo. Isso tudo, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, ocorre num país onde estão acentuadas, nas ruas, as tendências opostas a respeito de posições que ocorrem no cotidiano nacional e que determinam a existência de contradições amplas que precisam ser administradas, para que não se caia no radicalismo excessivo.

Acredito que somente esses acontecimentos podem ter propiciado a pequeníssima divulgação e a pequeníssima repercussão de uma declaração da Presidente afastada, Dilma Rousseff, a respeito de uma eventual convocação de um plebiscito nacional acerca do destino do País. Com todo o respeito a essa posição da nossa Presidente afastada, eu consigo compreender a escassez da repercussão da proposta pela sua inoportunidade. Em verdade, nós esperaríamos da Presidente Dilma um comportamento dessa ordem e dessa marca, quando se instalou esse processo, quando explodiram as manifestações nas ruas majoritariamente contrárias à sua permanência no Governo. Naquela época, houve afirmações peremptórias por parte da Presidente de que, na sua biografia, a expressão “renúncia” não se inseria em momento algum, fazendo com que a perspectiva de uma grande conciliação nacional, que era tentada por várias lideranças do País, pudesse emergir de uma postura coletiva de renúncia por parte daqueles que detinham a outorga popular para dirigir o País nessa hora. Hoje qualquer manifestação nesse sentido é um despropósito, até uma desfaçatez, porque, obviamente, se observa que tudo ocorre num instante muito além daquele que era esperado, com o processo do impedimento em marcha com amplas possibilidades de consolidação.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu venho à tribuna, acho que pela primeira vez, falar desse assunto com a serenidade, Ver. Kevin Krieger, e com a tranquilidade que os antecedentes me propiciam. Em verdade, eu sou integrante de um partido que cedo se opôs ao processo em marcha neste País, comandado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós, do Democrata, desde o primeiro momento, éramos tachados de intransigentes, porque, já naquela ocasião, nos colocávamos em oposição. Poderia, ao longo deste tempo todo, buscar para mim essa condição de absoluta autenticidade numa postura oposicionista dizendo que, em momento algum, por incrível que pareça, desses episódios que envolvem a propina nacional em torno da Petrobras, tenha tido a participação de integrantes da nossa grei. Hoje, procura-se demonstrar para toda a Nação, Ver. Villela, que vários partidos estão envolvidos nesse propinoduto, o que não é de surpreender a ninguém. Todos sabem que o Governo Dilma, ao iniciar esse segundo período, chegou a contar com a contribuição

de mais de duas dezenas de partidos políticos que se somavam e recebiam contrapartida para dele participar. Não seria exagero dizer que muitos deles se aproximaram, porque sabiam que o comando de todo esse processo de roubalheira na Nação tinha comandante expresso, que distribuía as facções; obviamente, os outros partidos, sedentos de espaço no Poder, se somaram para dele partilhar.

Hoje a situação se inverte por inteiro. Nós temos a expectativa de que, consolidado o processo do impedimento, as forças nacionais que se uniram para sustentar o Governo transitório de Michel Temer se coloquem numa postura de cobrança igual – quem sabe, até maior – da que se teve com relação à antecessora, à Presidente afastada. Essa é a minha opinião sincera. Claro que nós não vamos encantar a opinião pública com discursos altamente musicais aos ouvidos do povo nacional do tipo “vamos convocar uma eleição direta para daqui a 60 dias”, o que seria o gosto nacional, inclusive o meu, porque nós sabemos que isso é absolutamente impossível de ser realizado. O que eu quero dizer com serenidade, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é que eu quero que a Nação fique muito convicta de que há alguns episódios que não podem ter retrocesso, sob pena de que o descalabro que tomou conta deste País se agigante mais ainda. Nós sabemos que, no desejo da grande maioria do povo brasileiro, eles gostariam de nem a Dilma nem o Temer estar no comando nacional, mas as circunstâncias determinam que isso não possa ocorrer, pelo menos de imediato. Nada desautoriza se admitir que, em determinada circunstância, até isso pode ser alcançado. Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, com a maior seriedade possível, com toda tranquilidade que o momento requer, estou colocando essa posição com a clareza de quem pertenceu a verdadeira oposição nacional e que tem autoridade para fazê-lo. Nós, hoje, inclusive, não nos furtamos de oferecer a colaboração para que o governo transitório pudesse realizar as primeiras grandes medidas, que já conseguiu, inclusive, em boa parte realizar. Não negamos, seria cômodo para nós; até se pensou em ficar apenas dando um apoio formal, sem maiores compromissos, o famoso apoio crítico. Não. Entendemos que não podíamos fugir da responsabilidade e estamos jogando nesse grupo, que tem uma grande responsabilidade com o País, de fazer ressurgir a esperança e mais do que isso, de restabelecer – o que é uma tarefa insana nessa hora – a credibilidade da vida pública brasileira, amplamente desgastada por essas operações Lava Jato e com outros nomes que envolvem considerável parcela dos homens e das mulheres que compõem o quadro político brasileiro.

Desta forma, Sr. Presidente, utilizo este período que me é deferido e o faço assinalando que especialmente em Porto Alegre os compromissos que nós, ao longo do tempo assumirmos, não se alteram de modo nenhum. Que da mesma forma que há quatro anos ou três anos e meio nós nos somamos aos grupos políticos que pugnavam pela permanência do José Fortunati na Prefeitura de Porto Alegre, nós estamos hoje procurando construir nossos próprios projetos, estabelecer nosso próprio caminho, buscando uma mudança para valer no cotidiano da nossa vida pública, muito estigmatizado, nos tempos atuais, pela sua ambivalência em torno de algumas siglas, com quais, sabidamente, o eleitorado brasileiro não está em conformidade. Queremos, e estamos fazendo com toda a clareza possível, de forma aberta, transparente, oferecer

uma alternativa nova para a cidade de Porto Alegre, e haveremos de debater com a sociedade porto-alegrense, de forma ampla, clara, límpida, para que nossos objetivos não sejam confundidos, ao contrário, sejam muito bem claros, muito bem entendidos, para quem não pretende dissimular no já sofrido eleitorado porto-alegrense propostas inexecutáveis, sonhos irrealizáveis, expectativas que poderiam até prosperar em outro quadro, se não estivesse o País, e, por consequência o Rio Grande e Porto Alegre, envolvido nessa crise ampla em que encontra envolvido nos dias atuais.

Assim, Sr. Presidente, ao ver concluído o meu tempo neste Grande Expediente, fica a nossa posição, posição dos Democratas de Porto Alegre, posição da verdadeira proposta de mudança nacional, que iniciamos antes do início do processo de *impeachment*, na certeza de que o País merece coisa melhor e na certeza de que essa mudança pode e deve começar pelos Municípios. Muito obrigado, Sr. Presidente, era esse o nosso pronunciamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h38min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. N° 022/16 – (Proc. n° 0959/16 – Ver^a Sofia Cavedon) – ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. José Fortunati, sugere que a EPTC não multe os veículos que avançarem o sinal vermelho, em baixa velocidade, no período noturno, enquanto perdurar a crise da segurança pública na Capital.

Observação:

- votação Nula por falta de quórum em 09-06-16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Indicação n° 022/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, gostaria de agradecer a votação e dizer que isso tem uma importância grande, porque o Governo tem se manifestado em relação às Indicações. Eu, pelo menos, recebi resposta. Isso vai ser importante para a Prefeitura se manifestar para esta Casa e para a população de como trata o tema das câmaras e da segurança. Muito obrigada.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. S/Nº – (Ver. Marcelo Sgarbossa) – requer renovação de votação do **PROC. Nº 2298/13 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/14**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui art. 8º-A e altera o art. 7º da Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, alterada pela Lei nº 10.823, de 21 de janeiro de 2010, obrigando a destinação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da área destinada a automóveis, em estacionamentos temporários remunerados, para a implementação de estacionamentos de bicicletas e estendendo à construção e à manutenção destes a aplicação da renda auferida.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº de sua autoria.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas. Falo aqui em nome do Partido dos Trabalhadores. Foram muitas ausências no dia da votação deste projeto, na semana passada, então, o pedido de renovação... E mesmo assim tivemos um escore apertado, de 15 a 12, portanto com uma diferença de apenas 3 votos. Houve algumas ausências, ou porque que estavam em representação externa ou por algum outro motivo, alguma outra atividade. Nós estamos propondo esta renovação de votação. É um tema que o próprio Regimento diz que, ao prever a renovação de votação, é justamente para dar a possibilidade, diante do placar apertado de votos, de algum Vereador ou mudar o seu voto – é o que esperamos – e aqueles que não estavam presentes poderem votar.

Então, não quero aqui entrar tanto no mérito do projeto. O Ver. Aírto Ferronato acabou fazendo duas emendas interessantes, infelizmente as emendas também não passaram, que reduzia de 5% para 3% das áreas azuis destinadas para bicicletários e paraciclos; e o do arrecadado nós tínhamos a proposta de 20%, ele reduzia para 10%. Até não víamos nenhum problema porque entendemos que é um teste que a Cidade precisa fazer. E reservar um espaço para o local onde se coloca a bicicleta é justamente para não deixar que a bicicleta fique amarrada num poste ou numa lixeira, colocando ali um obstáculo, principalmente para as pessoas com dificuldade de visão, de locomoção, impedindo aquela circulação livre por conta de não ter um espaço específico para bicicleta.

Então, peço aqui a grandeza dos Vereadores que concordem, eventualmente, se não mudaram de posição, os quinze que votaram contrários podem continuar votando contra. Mas é sim do nosso Regimento e é democrático, parece-me, neste caso, aceitar a nova votação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o presente pedido de renovação de votação se dirige do próprio ao todo. A votação a ser renovada será não somente do projeto propriamente dito como também da Emenda nº 01 e da Emenda nº 02. Eu me sinto muito a vontade, Sr. Presidente, porque votei contrariamente à Emenda nº 01, contrariamente à Emenda nº 02, e eu fiz sustentando porque eu era contrário ao projeto, e que não haveria de fazer um jogo de cena aprovando as emendas e, depois, desaprovando o projeto. Aconteceu essa situação. Apesar de a Emenda nº 01 ter sido aprovada por 14 votos contra 9 contrários, e a Emenda nº 02, com 13 contra 11, o projeto não teve mais do que 12 votos, e teve 15 votos contrários, o que tornou nula aquela votação. Eu me vejo novamente, Ver. Janta, diante dessa mesma situação. Se houver uma nova votação, eu sou um dos 15 que votou contrariamente, votarei contra novamente. Então eu entendo que, se estiverem presentes os 15 que votaram contra naquela ocasião, devem renovar esse voto, reafirmar a posição, Ver. Cecchim, porque senão nós teremos mais uma votação para chegar ao resultado que hoje nós já estamos buscando renovar. Quinze votos contrários para doze favoráveis não é tão apertado assim, é um sintoma claro de que não houve vontade de aprovar. Dos 27 votos presentes, cerca de 60% foram contrários. Então, Sr. Presidente, até sobre a economia de tempo, porque uma renovação de votação vai implicar em uma nova discussão sobre o tema, caso a caso: a Emenda nº 01, a Emenda nº 02, o projeto em si. Quem não tiver posição favorável ao projeto em si, acho que deve, neste momento, procurar atalhar, votando contrariamente à renovação e antecipando uma eventual consolidação do processo e não permitindo que o mesmo se alongasse mais ainda, possibilidade essa que pode ocorrer na hipótese de ser autorizada a renovação, o que não implica, ao final e ao cabo, que o mesmo venha a ser confirmado na próxima oportunidade. Era isso, Sr. Presidente: postura lógica e consequente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, sobre esse projeto que retorna para votarmos, ou seja, na renovação da votação, faltaram três votos para a sua aprovação. Então, Ver. Reginaldo Pujol, ele esteve mais próximo da aprovação do que da rejeição. É, porque, Ver. Nedel, dos que estavam aqui na Sessão passada e que votaram, grande maioria votou favoravelmente ao projeto. E nós já aprovamos na Sessão passada duas emendas, as quais são da base do Governo, ou seja, do Ver. Airto Ferronato. As emendas

aprovadas, que é o que vale neste momento ao corpo do projeto, dizem o seguinte: que 2% das vagas de automóveis na cidade de Porto Alegre, das áreas azuis, devem ser direcionadas para o estacionamento de bicicletas. Então, isso significa que, de cada cem vagas na Cidade, duas – distribuídas no mapa da Cidade – devem ser destinadas para as bicicletas. Bem como diz que, de toda a arrecadação da Área Azul, 10% seja destinada para qualificar e construir ciclovias na cidade de Porto Alegre. Então, são duas emendas que já foram aprovadas ao projeto do Ver. Marcelo, que vêm ao encontro da lei maior que nós aprovamos aqui nesta Casa, que é o Plano Diretor Ciclovitário, porque o Plano Diretor Ciclovitário foi aprovado para que pudéssemos construir 490 quilômetros de ciclovias na cidade de Porto Alegre. Até o momento, em seis anos de existência do Plano Diretor Ciclovitário, a Prefeitura construiu 50 quilômetros, menos de 10 quilômetros por ano. Eu fiz um cálculo aqui que, se nós levarmos o mesmo tempo para construir o Plano Diretor Ciclovitário, com o investimento que a Prefeitura fez nesses cinco anos, levaremos 45 anos. Bom, 45 anos é um tempo em demasia para se construir um equipamento tão importante para a Cidade que venha a contribuir com a mobilidade urbana. Com as ciclovias existentes, com o debate que já se fez em relação à vida da bicicleta e dos ciclistas, já estamos mudando a cultura da cidade de Porto Alegre. Muitos já estão usando a bicicleta para o lazer, para o esporte, para o trabalho... As ciclovias, por enquanto, estão mais na área central da Cidade, mas, no momento em que forem para a periferia da Cidade, vai aumentar, em potencial, além do ciclismo que já existe, hoje, de turismo, de lazer e de esporte, o ciclismo de trabalho, ou seja, o deslocamento, para o trabalho, de pequenas, médias ou até mesmo distâncias longas.

Então eu quero registrar aqui que este projeto apresentado trata da mobilidade urbana, trata de nós aprovarmos aqui uma possibilidade de acrescentarmos mais um indicativo de inteligência à mobilidade urbana. É isso que está em debate, e é isso o que nós queremos aqui dialogar. Não pode ser uma visão simplesmente conservadora dizendo que não dá para ter bicicleta ou que não dá para ter estacionamento ciclovitário na cidade de Porto Alegre. Então este é um daqueles temas que não é de situação ou de oposição; é um tema da cidade de Porto Alegre. Portanto ele tem que ser visto com esta característica, com este potencial e com esta qualidade que tem a proposta apresentada. Há poucos minutos aprovamos um outro projeto indicativo, de autoria da Ver.^a Sofia, que é uma ideia simples e elementar, mas se for, agora, bem trabalhado esse Indicativo – que a Câmara já aceitou – pelo Sr. Prefeito Municipal, junto com a EPTC, que em horários críticos, à noite, o sinal vermelho não permaneça para trancar os carros, para fazer com que parem em locais de perigo, onde pode haver assaltos, é uma medida salutar. Agora, com o estudo, essas sinaleiras poderão ficar no amarelo piscante à noite; ou seja, no sinal de alerta, para que os dois lados possam verificar a possibilidade de não cometer acidentes, mas, ao mesmo tempo, não correr risco de assalto. E foi uma medida sugerida por quem? Nada mais, nada menos do que pelos oficiais da Brigada Militar, lá na reunião do Conselho Municipal de Segurança. Situações como essas vêm agregar à vida da Cidade. Venho, então, em nome do Partido dos Trabalhadores, encaminhar o voto favorável e pedir aos colegas Vereadores e Vereadores que, como faltaram três votos na última sessão e são duas

emendas – de autoria do Ver. Airto Ferronato, da base do Governo - já aprovadas que dão a orientação ao projeto, que dizem que 2% das vagas hoje destinadas a automóveis possam ser destinadas a bicicletas e até 10% da arrecadação seja destinada para que o Município faça a conclusão do Plano Diretor Ciclovitário, pois, dos 490 quilômetros previstos, foram construídos até o momento 50 quilômetros; portanto, faltam ainda 440 quilômetros. E nós queremos que essa modalidade de transporte seja estendida com segurança para toda a Cidade: para o Centro, para os bairros e para a periferia – isso traz qualidade de vida e, ao mesmo tempo, dá segurança. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Presidente. O Ver. Comassetto explicou bem ao Ver. João Bosco Vaz, pois o mesmo não tinha entendido esse projeto. Tenho minhas dúvidas, Ver. Pujol, se, com a diferença de três votos – eu acho bastante diferença, não é um voto, e inclusive lá no Interior se decidiu eleição pela idade, não se fez nova eleição no menor Município do Estado, André da Rocha, em que empataram os candidatos e se decidiu pela idade –, há necessidade. Estamos aqui discutindo, com todo o respeito que tenho pelo projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, mas acho que definir quantas vagas tem que ter para bicicleta... Eu não vejo bicicletas ocuparem nenhum lugar, nem as ciclovias. Nós estamos fazendo ciclovias para o futuro, só para o futuro, porque se fôssemos olhar o presente, não tem 1%, 2%, 0,5%, não dá para taxar por percentual. Então como é que vamos determinar 2% dos estacionamentos, mesmo que sejam públicos. Certamente, tendo demanda, as bicicletas poderão ser amarradas em local seguro. Agora, só para dizer ao Ver. Sgarbossa – acho que ele conhece Amsterdã –, eu já fui algumas vezes a Amsterdã, e lá as bicicletas são amarradas em árvores, são amarradas nas pontes, e são muitas pontes em Amsterdã. Então esse negócio de “ah, vai se amarrar em árvore”, não, não se amarra em árvore porque está faltando um pouco de bicicleta, Vereador. Eu acho que não será necessário amarrar em árvore; se tiver demanda, vai ter lugar para guardar as bicicletas. Sei que os ciclistas, muitas vezes, não são respeitados pelos carros maiores, mas também não dá para começarmos a ter quotas: quotas para bicicletas, quota para carros menores, quota para motocicletas – motociclistas também querem quota para estacionamento. Se começarmos a dar quota para todo mundo, vai faltar estacionamento e vai faltar bicicleta para estacionar também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz, o Requerimento s/nº, de autoria do Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 08 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. Nº 034/15 – (Proc. nº 1801/15 – Ver. Marcelo Sgarbossa) – ao Governo Municipal, que sugere estudar a viabilidade de adoção do “IPTU Verde” ou Ecológico, com características extrafiscais, na Lei Complementar nº 07, de 7 de dezembro de 1973, e na Lei Complementar nº 482, de 26 de dezembro de 2002, de modo a estimular condutas sustentáveis, reduzindo os impactos no meio ambiente natural e artificial em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Em votação a Indicação nº 034/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 034/15, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde novamente. Temos que aceitar o resultado. Infelizmente, o que pedíamos anteriormente era apenas uma renovação de votação, independentemente da mudança de posição, prevista no Regimento. Infelizmente, não foi possível.

Mas estamos aqui apresentando uma indicação. É importante que a população saiba, a cidadania porto-alegrense, que temos aqui este instrumento da indicação que é votado em plenário, que deve ou que deveria ter a força da opinião do Parlamento Municipal em relação a atos que são, tipicamente, do Poder Executivo. Aí, obviamente, há uma grande discussão. Eu tenho percebido que, quando os projetos são de autoria de Vereadores da oposição, há todo um argumento de inconstitucionalidade ou vício de iniciativa usado por alguns Vereadores aqui, ao invés de enfrentar o mérito. E a ideia central do projeto vem com essa saída formal. Alguns efetivamente podem ser; outros, não. No caso, fizemos uma indicação ao Executivo, para que ele estude essa possibilidade, regulamente, normatize isso, ou seja, que a Cidade possa ter uma política real, efetiva, chamada IPTU Verde ou IPTU ecológico, para aquelas moradias, aqueles prédios, enfim, toda e qualquer obra que possa ser enquadrada – e aí os critérios precisam ser elaborados – como uma obra sustentável, e aí, eu diria, o céu é o limite. Por quê? Porque podemos ter a utilização da energia solar, com painéis fotovoltaicos, captação de água da chuva, prédios com telhados ou coberturas verdes – já temos alguns aqui na nossa Cidade–, mas tudo isso tem sido feito por iniciativa dos próprios moradores, dos síndicos dos condomínios, de moradores individuais de casas, e não como uma política pública efetiva em que o Município reconheça a importância de ter uma cidade com melhor conforto acústico, melhor conforto ambiental. Apenas para lembrar: uma cidade que tem telhado verde consegue absorver mais água da chuva ou

calor, então consegue manter uma temperatura mais estável. Tudo isso faz da cidade um lugar melhor para viver e com redução de custos, e Porto Alegre é uma cidade em que, mesmo tendo uma boa área de ventilação, temos um problema sério de poluição atmosférica. No ano passado, fizemos uma reunião na Comissão de Saúde e Meio Ambiente em que tratamos desse tema: dos cinco medidores de poluição que temos na Cidade, apenas dois funcionam e, nesses que funcionam, há uma dificuldade de calibragem. Aquele relógio colocado ali na esquina das avenidas Borges de Medeiros com Salgado Filho, um lugar de grande fluxo de veículos, é um medidor, mostra que ali é um lugar crítico de poluição atmosférica, mas, mesmo assim, esse medidor não está calibrado para auferir de forma adequada os níveis de poluição atmosférica. Então, estou dando aqui só um exemplo, sem falar em outros temas, como a captação de água da chuva, que citei antes, que poderia ajudar a absorver uma grande quantidade de água, impedindo que ela corra pela cidade, causando uma série de transtornos que nós já verificamos de tempos em tempos.

Então, surge aqui essa indicação, para que o Executivo estude essa possibilidade. Algumas cidades já fizeram, se criaram critérios, pontuações para determinar o quanto isso poderia impactar, do ponto de vista de incentivos fiscais, e nós estamos aqui convidando a Câmara para concordar e sugerimos ao Município essa implementação do IPTU verde ou ecológico na nossa Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 034/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Ver. Marcelo propõe que o Governo desencadeie um estudo. Quando a Indicação é proposta pela Câmara, o Governo coloca um levantamento nas suas secretarias afins para ver se dá para atender, o que está sendo feito nesse sentido, e me parece que é bem importante que esta Câmara sinalize a partir dessa proposição do Ver. Marcelo, que a Prefeitura estude alternativas de incentivo à sustentabilidade.

Nós ainda percebemos pessoas lavando calçadas com água tratada, ainda percebemos gente lavando carro em casa. Eu conheço uma experiência, lá na Zona Norte, de uma lavagem de carro ecológica, eles captam água da chuva e lavam carros. Parece-me, inclusive, que as lavagens de carro, já que usam muita água, deveriam todas adotar esse método, quer dizer, em vez de fazer na forma de regra, fazer um incentivo tributário me parece muito interessante, ou seja, seria uma cidade que abre mãos de recursos para ganhar em qualidade de vida, para ganhar em contribuição, por exemplo, minorizando o problema das enchentes na Cidade, do transbordamento da Cidade. A impermeabilização da Cidade está notória, tem trazido problemas seja para o tráfego, seja para as moradias, que são invadidas. É claro que tudo isso combinado com a ausência de serviços de manutenção, de limpeza das bocas de lobo, de manutenção das instalações de saneamento na Cidade... Sim, há uma despreocupação ainda muito

grande, uma desresponsabilização da população com o cuidado individual de cada um, porque a soma do cuidado de todos é um resultado positivo. Parece que a minha iniciativa e a tua iniciativa são pouco, mas, se somadas a uma compreensão do conjunto da população, nós podemos fazer muita diferença. Só é possível evoluir nisso, uma vez que ainda há um custo de investimento que não é pequeno para alterar as nossas construções – não é, Ver. Nedel? Então é importante um incentivo, mesmo que temporário, mesmo que inicial, é importante que a Prefeitura venha a pensar sobre isso, porque um IPTU Verde me parece muito interessante.

Então eu gostaria que V. Exas. pudessem apoiar essa indicação, lembrando que nós teremos, Ver. Aírto e Ver. Kevin, na quarta-feira, a presença do Diretor do DMAE para tratarmos do gosto e do cheiro da água tratada em Porto Alegre. Ora, vejam, nós temos problemas novos, não identificados, não discernidos na água que nós consumimos. É óbvio que a nossa poluição extrema junto ao Rio Guaíba exige mais e mais procedimentos de saneamento dessa água. Daqui a pouquinho, teremos consequências como essa. Eu não vou afirmar aqui que há algum tipo de produto ou algum erro de tratamento, mas ainda está em estudo o porquê de essa água ainda estar alterada.

Esse bem é extremamente precioso. Estimular a mudança de atitude em relação ao nosso meio ambiente, ao consumo de energia e ao tratamento e uso da água é muito importante, trata-se da sobrevivência da humanidade. Então dou todo o apoio, Ver. Sgarbossa. Vamos fazer com que o Governo projete uma nova forma de estarmos e sermos cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereadora.

O SR. KEVIN KRIEGER (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze Vereadores presentes. Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton – às 17h20min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0714/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 062/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que proíbe a entrega de material publicitário não endereçado no domicílio do destinatário, por via postal ou por distribuição direta, sempre que a sua oposição seja reconhecível no ato de entrega, por meio de aviso fixado no local destinado à recepção de correspondência.

PROC. Nº 0832/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/16, de autoria do Ver. Kevin Krieger, que estabelece a inclusão dos dizeres “Quadra do Futebol” nas placas denominativas da Rua Coronel Fernando Machado, localizada no Bairro Centro Histórico, no trecho compreendido entre as Ruas Coronel Genuíno e Marechal Floriano Peixoto.

PROC. Nº 1077/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/16, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que inclui a efeméride Dia Municipal de Luta pela Valorização e pela Garantia de Direitos das Trabalhadoras Domésticas e dos Trabalhadores Domésticos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de abril.

PROC. Nº 1452/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/16, de autoria da Mesa Diretora, que inclui al. *d* no inc. II do § 3º do art. 1º, al. *e* no art. 2º e inc. X no § 1º do art. 11 e revoga o inc. II do *caput* do art. 1º, o art. 6º e suas alíneas e a al. *i* do inc. IX do § 1º do art. 11, todos na Resolução nº 1.367, de 2 de janeiro de 1998 – que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, criando a Seção de Consultoria Legislativa, transferindo à Diretoria-Geral as atribuições do Gabinete de Planejamento relativas a planejamento e extinguindo esta unidade administrativa.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0380/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/16, de autoria do Ver^a Sofia Cavedon e outros, que estabelece o subsídio mensal do prefeito como teto remuneratório no âmbito da Administração Direta e das autarquias e das fundações da Administração Indireta do Executivo Municipal.

PROC. Nº 1150/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que altera o *caput* do art. 4º e o parágrafo único do art. 5º e inclui incs. I e II no *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 332, de 2 de dezembro de 1994 – que determina a obrigatoriedade da colocação da numeração predial em local visível –, e alterações posteriores, alterando o valor das

multas aplicadas em caso de seu descumprimento e estabelecendo à Secretaria Municipal do Urbanismo – Smurb – a sua fiscalização. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 1162/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/16, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol à UniSuper – Rede União Gaúcha de Supermercados Atacados e Distribuição Ltda.

PROC. Nº 1234/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/16, de autoria do Ver. André Carús, que cria o Plano Municipal de Educação Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Ver. Delegado Cleiton, que preside esta Sessão; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em Pauta vários projetos para serem analisados e informados à sociedade. Um projeto de minha autoria eleva o valor das multas sobre a inexistência dos números em prédios, em residências em nossa Cidade. Nós temos dois grandes problemas: a falta de placas indicativas e também a falta de números indicativos dos prédios. É um problema muito sério de localização das residências, dos prédios, dos condomínios – é impressionante! Empresas de grande porte não têm número no seu prédio! A multa era insignificante, sei lá, R\$ 15,00 ou uma coisa assim, e ninguém cumpria, Ver. Cecchim. Então eu estou aumentando o valor da multa e lembrando a necessidade das empresas de colocarem os números nas residências. É impressionante a dificuldade, e ainda assim, os números sem contraste, se a parede é branca, o número é branco. Ora, não tem explicação. Também são números fora dos padrões. A lei é bem antiga, é do Ver. Elói Guimarães, estou só alterando, aumentando o valor das multas para que finalmente a sociedade comece a cumprir as leis existentes.

O outro projeto é do Ver. Marcelo Sgarbossa, que proíbe a entrega de material publicitário não endereçado no domicílio do destinatário, por via postal ou por distribuição direta, sempre que a sua oposição seja reconhecível no ato de entrega, por meio de aviso fixado no local destinado à recepção de correspondência. Mais uma vez o Ver. Marcelo Sgarbossa espicha um pouco a lei. Legislar, Ver. Mauro Zacher, sobre serviço postal é prerrogativa exclusiva do Governo Federal, está na Constituição explicitamente, e o Ver. Sgarbossa coloca um projeto como uma lei municipal alterando uma lei federal, alterando a Constituição. Ou seja, nós temos que ter cuidado com esses projetos, vamos perder o nosso tempo, gastando, depois o projeto é tornado inconstitucional porque realmente não tem condições de ser aprovado nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Delegado Cleiton, queria apenas informar o senhor, como Presidente, e o conjunto dos Vereadores sobre uma mensagem muito preocupante que recebi do ex-Vereador, ex-Secretário Municipal do Meio Ambiente, o sempre Vereador desta Casa Caio Lustosa, de uma abordagem, na sexta-feira, por uma equipe da SMIC, que abordou e agrediu verbalmente, retirou pertences da população em situação de rua, numa noite que fez zero grau. Estou encaminhando oficialmente um pedido de esclarecimento e de investigação por parte da Prefeitura. Quarta-feira eu vou falar sobre a violação de direito da população de rua por parte do Estado, mas nesta segunda-feira, que também é um dia frio, falo que é inaceitável retirar pertences de uma população tão vulnerabilizada, no tempo em que a SMIC faz uma abordagem, quando quem deveria fazer seria a FASC, no sentido de garantir direitos e não de retirá-los ou violá-los. Muito obrigada pela abertura do espaço, Ver. Delegado Cleiton.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos, na Pauta, ensejando a discussão preliminar, prevista no nosso Regimento, nada mais nada menos do que oito projetos de lei, sendo que sinteticamente quatro estão em 1ª Sessão e os outros quatro em 2ª Sessão. Por conseguinte, Sr. Presidente, eu vou me ater aos projetos em 2ª Sessão, na medida em que terei a oportunidade de me manifestar sobre aqueles que se encontram hoje, Ver.^a Lourdes, em 1ª Sessão, na próxima quinta-feira. Entre eles, evidentemente, estão projetos tão relevantes quanto os que, hoje, se encontram em segundo dia de discussão preliminar.

Eu conversei informalmente, agora, com a Ver.^a Sofia Cavedon, a respeito de um projeto de lei proposto por ela, o PLL nº 033/16, que estabelece o subsídio mensal do Prefeito como teto remuneratório no âmbito da Administração Direta, das autarquias e das fundações da Administração Indireta do Executivo Municipal. Na nossa informal discussão, Ver. Cecchim, eu afirmei à Vereadora que existia legislação fixando esse teto. Eu não precisava com exatidão se era na Lei Orgânica do Município ou no Plano Classificado de Cargos, mas lembrava que discuti muito com o Ver. Cecchim – por isso falei com ele –, pois o Vereador pretendeu, no projeto dos procuradores, colocar esse teto vinculativo, determinando que nenhum procurador poderia receber além do teto do Prefeito Municipal. Na ocasião, eu coloquei, verberei até entusiasmadamente que esse dispositivo já estava contido na legislação municipal. Eu me comprometi com a Ver.^a Sofia de verificar se o mesmo se encontra na Lei Orgânica do Município, ou se é no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Num desses diplomas ele se encontra, com toda a certeza.

Sabidamente, por conhecer da matéria até por exercício profissional, salientei à nossa colega que, muito provavelmente, o que hoje a gente vive com dificuldade é a interpretação dada pelos tribunais no Estado do que sejam verba remuneratória e verba indenizatória. Hoje, por exemplo, o nosso subsídio de Vereador

nos contempla com um determinado valor. Isso é verba remuneratória. Nós temos outro valor de pouca expressão no conjunto, mas que é verba indenizatória, aquela que nos permite compensar os gastos com combustível e demais despesas realizadas com nosso veículo automotor colocado à disposição do mandato.

De qualquer sorte, eu quero aqui repetir o que disse pessoalmente à Ver.^a Sofia: é um belo debate, é um debate nacional. As alegações, agora mesmo, inclusive em grande parte, sustentam o veto do Governador José Ivo Sartori ao projeto de lei que contemplou funcionários do Legislativo Estadual, funcionários do Judiciário, enfim, os próprios integrantes, seres substantivos do Judiciário e do Legislativo nesse rol. Eu sou absolutamente partidário de que realmente o Prefeito tenha que ter a maior remuneração do Município, que ninguém possa ganhar um centavo além do que ele ganha, até pelo princípio da hierarquia. Se alguém deve ganhar muito proximamente a ele somos nós, Vereadores, e não ocorre isso. O Prefeito recebe mensalmente 1.5 daquilo que nós Vereadores recebemos, e daquilo que os nossos futuros colegas ou futuros integrantes desta Casa irão receber a partir de janeiro do ano que vem, nos valores que forem oportunamente fixados aqui pelo nosso Plenário, pelo nosso segmento deliberativo, que é o sodalício da Casa e que, evidentemente, pelo nosso juízo, Ver. Cleiton, já deveria ter sido estabelecido. Quanto mais retarda essa matéria, mais detalhes ficam a ser discutidos de forma inadequada. Não que eu seja contra a discussão, mas sou contra a discussão inadequada. Assim, Sr. Presidente e colegas Vereadores, faço este registro, me comprometendo com a autora a me debruçar sobre esta matéria, esgrimar sobre ela e verificar se eventualmente a mesma colide com alguma matéria já existente, e se isso ocorrer – e me parece que ocorre –, acho que a senhora já deveria ter sido advertida antes de chegar neste momento, porque se, salvo existir alguma peculiaridade na sua proposição, que permita uma aplicação diversificada daquela já existente. Penso eu – e o meu Chefe de Gabinete vai me acenar com a cabeça de forma afirmativa –, está no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre. Acho que é esse o local e não na Lei Orgânica do Município, como imaginei a princípio que fosse.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pujol, tem algo curioso. A nossa Procuradoria, na verdade, diante de uma contestação desta Vereadora, acabou indicando como posição que o teto remuneratório não atingiria os Procuradores. Eu acho interessante que V. Exa. se debruce sobre o tema e que nós façamos um bom debate nesta Casa.

O SR. REGINALDO PUJOL: O faremos, com toda certeza, até porque, *data venia*, os projetos de V. Exa. sempre têm merecido atenção, ainda que, com muita frequência, a gente possa discordar no seu conteúdo, não há discrepância quanto à forma e a legitimidade da sua apresentação, até porque trata de tema sério, cuja discussão tem que prevalecer nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta, e prossegue em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Pujol, pela honra de fazer o debate com esta Vereadora, lembrando que esse projeto do teto remuneratório é um projeto da bancada. Eu sou Líder da Bancada do PT este ano, e a nossa bancada, coletivamente, propôs esse projeto.

Mas eu quero chamar atenção para um outro projeto que marca o dia das trabalhadoras domésticas. Parece que é uma efeméride, mas não é, é uma proposta de um dia de luta. Queria trazer alguns elementos muito brevemente. No Brasil, nós ainda estamos muito longe de conseguir que as trabalhadoras domésticas, que são na base de 1 milhão, tenham os seus direitos trabalhistas reconhecidos, que os patrões, as patroas, quem contrata o serviço, pague todos os direitos, entre no sistema, um sistema que está cada vez mais simplificado, mais acessível. Pela primeira, apenas no ano passado, nós conseguimos reconhecer o trabalho doméstico como um trabalho de verdade, esse trabalho que tem que ter remuneração, tem que ter férias, tem que ter hora extra e precisa ser reconhecido como um trabalho de verdade. Na verdade, nós temos, no Brasil, 8 milhões de brasileiras exercendo o trabalho doméstico, e apenas 1 milhão, por enquanto, já entraram no sistema para receber seus direitos. E aqui no Rio Grande do Sul são 99 mil trabalhadoras que, por enquanto, entraram no sistema e passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras de primeira categoria e não de segunda categoria. Então esse avanço para nós está no marco da erradicação do trabalho escravo, Ver. Janta.

As mulheres negras, na sua maioria, têm trabalhado num espaço privado, muitas vezes sujeitas à violência sexual, à violência física, à violência psicológica. Muitas delas perderam a sua infância, porque foram trabalhar desde pequenas em casas de família e passaram a servir sem educação. Então, é uma história bastante dura dum prolongamento de um País que, por três séculos, escravizou o povo negro e que continua sendo machista e preconceituoso, que desvalorizou o trabalho doméstico, porque era um trabalho que não era remunerado e era fundamentalmente de responsabilidade da mulher, e aí faz a transposição para o trabalho e continua nessa mesma lógica.

Acho que nós temos um importante passo que foi dado no ano passado nos direitos das empregadas domésticas. Um país que dá esse passo precisa celebrar, mas precisa ainda expandi-lo a todas as trabalhadoras domésticas. Tem um dado positivo importante: nós temos uma redução muito importante do número de jovens no trabalho doméstico; hoje as trabalhadoras domésticas, na sua maioria, têm mais de 35 anos. O que significa isso? Significa uma outra evolução importantíssima, que é a construção de outros projetos de vida para as meninas, na sua maioria meninas pobres do nosso País, através do acesso pleno à escola. Esse tema é muito importante. Hoje, dos 4 aos 16 anos, todos têm que estar na escola. Então há uma idade maior para o perfil da trabalhadora doméstica, mas é fundamental que tenham seus direitos garantidos para

terem direito à aposentadoria, porque são trabalhos exaustivos, penosos e repetitivos, que foram desvalorizados por muito tempo, e nós precisamos fortalecê-los. Então, a proposta que trago a esta Casa é para que consideremos o dia 27 de abril um dia municipal das trabalhadoras domésticas. E que a gente possa, a cada dia 27 de abril, fazer um balanço também de como Porto Alegre e o Rio Grande do Sul avançaram para que todas elas estejam com seus direitos garantidos e que possamos erradicar quaisquer violências neste espaço privado.

Falando agora pela oposição, em nome do PT, do PSOL e do PCdoB, sobre a greve dos municipais, ficou definido, na quinta-feira passada, que paralisam suas atividades a partir de amanhã, dia 14 de junho. Não tenho notícia de que hoje o Governo tenha chamado para uma reunião de negociação. Acho isso muito grave, porque a partir de amanhã, teremos, parcial ou totalmente, as escolas fechadas, diminuição dos trabalhadores nos postos de saúde, na SMAM, no DMLU, em todas as secretarias, na Secretaria de Administração. E, na cidade de Porto Alegre, com um pouco de diálogo, tenho certeza de que é possível resolver esse impasse. Faço aqui, em nome da oposição, um apelo aos representantes do Governo, Ver. Pujol, Vice-Líder, Ver. Kevin, para que estabeleça uma mesa de diálogo rápida, consequente, séria, para que a gente possa evitar, apesar de desejar que tivéssemos evitado, que esta greve se prolongue além dos três dias – terça, quarta e quinta –, quando realizam nova assembleia geral. Quem sabe conseguimos avançar rapidamente na negociação.

Chamo a atenção para a carta aberta que foi entregue à população nesta semana, aos Vereadores e Vereadoras, em que o Simpa afirma que, além da questão salarial, da reposição da inflação, que é o pedido da mobilização, há falta de monitores nas equipes das escolas, falta de funcionários nos setores de nutrição, limpeza e manutenção, falta de material adequado e computadores. O segundo ponto é que faltam vagas na Educação Infantil, nas creches; os postos de saúde estão superlotados, faltam remédios, exames, consultas, cirurgias e profissionais da saúde. O Simpa também fala do abandono da periferia, do lixo acumulado, esgoto a céu aberto, proliferação de mosquito, falta de equipamentos de lazer, de políticas públicas de habitação. A assistência social é um tema, neste momento agudo do frio, muito importante, pois os serviços estão sucateados, os abrigos das crianças estão superlotados, faltam benefícios sociais para atender a população, como cartões assistenciais e aluguel social. As obras estão abandonadas, paradas ou retardadas, causando transtorno à população. A tarifa do ônibus é cara e o serviço ainda não tem a qualidade desejada. Então, os trabalhadores municipais que realizam serviços públicos são desvalorizados, e somente neste ano o Governo quer impor perdas de 4,8% nos seus salários. Esta é a carta aberta que está sendo distribuída pelo Sindicato dos Municipais, que entende que o serviço público, para dar conta de todos os problemas que aqui estão apontados, precisa de uma atenção, de uma priorização do Governo Municipal. Quando a gente propõe o teto salarial, enquanto Bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos pensando nisto: que o conjunto dos municipais seja beneficiado com minimamente a reposição da inflação. A primeira proposta feita aos municipais repõe a inflação somente no início do ano que vem, traz perdas salariais importantes, a qual desencadeou essa paralisação. Isso é

muito ruim para a nossa Cidade. Em nome da oposição, eu faço um apelo ao Governo, Ver. Delegado Cleiton, para que se reúna imediatamente com os municipais, dialogue com eles, porque tenho certeza de que esse impasse pode ser superado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereadora. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h45min.)

* * * * *